



ASSOCIAÇÃO NACIONAL
MUNICÍPIOS
PORTUGUESES

NOVA SÉRIE // N.º 9 // 2024

BOLETIM **ANMP**

40 / 50

anos
ANMP



anos
25 de abril

FICHA TÉCNICA

BOLETIM INFORMATIVO
ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE
MUNICÍPIOS PORTUGUESES
(ANMP)

Nova Série n.º 9 | 2024

Publicação Anual

Distribuição Gratuita

Depósito Legal n.º 429005/17

DIREÇÃO:
Rui Solheiro
Secretário Geral da ANMP

SEDE:
ANMP
Avenida Marnoco e Sousa,
52
3004 – 511 Coimbra
Tel.: 239 40 44 34
Email.: anmp@anmp.pt

DELEGAÇÃO
ANMP
Avenida Elias Garcia, 7, 1.º
Lisboa

**PAGINAÇÃO,
IMPRESSÃO
E ACABAMENTO:**
FIG - Indústrias Gráficas, S.A.
fig@fig.pt

TIRAGEM:
1500 exemplares

SUMÁRIO

NOTA DE ABERTURA	4-5
50 ANOS DO 25 DE ABRIL DE 1974	6-9
40 ANOS DA FUNDAÇÃO DA ANMP	10-15
OE 2024	16
REUNIÕES COM GOVERNO	17-22
FUNDOS COMUNITÁRIOS	23-24
OBSERVATÓRIO DO PODER LOCAL	25
CONSELHO DIRETIVO	26-27
CONSELHO GERAL	28-29
AUDIÇÕES PARLAMENTARES	30
OE2025	31
CONSELHO CONSULTIVO	32-33
CONSELHO FISCAL	34
SECÇÕES DE MUNICÍPIOS	35-39
PRÉMIO ANMP DE JORNALISMO E PODER LOCAL	40-41
ANMP NA ABERTURA DO ANO LETIVO	42
ANMP SOBRE CONCESSÕES DE ENERGIA	43
ANMP SOBRE HABITAÇÃO	44
ANMP SOBRE VALOR CONTRAPARTIDAS DE EMBALAGEM	45
ANMP SOBRE BOMBEIROS	46
ANMP NO MUNDO	47-49
ANMP SOBRE RELATÓRIO POLÍTICAS PÚBLICAS	50
ESTUDO DA PITAGÓRICA PARA A ANMP	51-55
PROTOCOLOS	56-58
LUTO NACIONAL	59
FUNDAÇÃO FEFAL	60
RESÍDUOS. ENCONTRO NACIONAL	61-62



■ Os membros dos órgãos sociais atuais e antigos da ANMP com Sua Excelência O Presidente da República Marcelo Rebelo de Sousa e o Ministro Adjunto e da Coesão Territorial Manuel Castro Almeida nos 40 anos da ANMP a 20 de maio de 2024.

2024: O ANO DOS 50 ANOS DO 25 DE ABRIL E DOS 40 ANOS DA ANMP

A Associação Nacional de Municípios Portugueses (ANMP) celebrou, no ano de 2024, dois acontecimentos históricos da maior importância para o Poder Local Democrático e para Portugal: os 50 anos do 25 de abril de 1974 e, a 20 de maio, os 40 anos da fundação da nossa Associação.



os Governos – o do PS até março e o da AD depois de abril – em várias frentes. Desde logo, na descentralização de competências da Administração Central para a Administração Local e as Entidades Intermunicipais, com especial enfoque nos domínios da Educação, Saúde e Ação Social, mas sem deixar de estar atenta a todas as outras 18 áreas setoriais.

Para além da descentralização e do empenhamento na criação de um Observatório do Poder Local, que deverá estar em marcha em 2025, muitas outras matérias foram debatidas com os executivos governamentais, como a habitação, a energia, os resíduos, as alterações climáticas, os transportes públicos, a proteção dos animais, os fundos comunitários, e, entre outros, a necessidade de uma nova Lei de Finanças Locais que o atual Governo já prometeu para 2025.

Também com os olhos postos em 2025, a ANMP participou ativamente na discussão da proposta de Lei do Orçamento do Estado para 2025, junto do Governo e na Assembleia da República, defendendo um vasto conjunto de justas reivindicações dos municípios que visam assegurar os recursos humanos, financeiros e patrimoniais adequados às missões que lhes estão confiadas, sem colocar em risco as contas municipais e, desse modo, a sua contribuição positiva para as contas das administrações públicas.

O desafio é grande, diríamos até que é cada vez maior, mas a determinação da ANMP é grandiosa e, por isso, a Associação não se poupou em 2024 nem poupará em 2025 a esforços para que os municípios continuem a ter condições para responderem com eficiência e qualidade às suas populações.

Os 50 anos do 25 de abril foram celebrados com uma cerimónia que envolveu a projeção de um filme dos acontecimentos revolucionários instauradores da democracia em Portugal, na sede da Associação, em Coimbra; e os 40 anos da fundação da ANMP foram festejados com uma sessão solene presidida pelo Primeiro-Ministro Luís Montenegro, o descerramento de uma placa comemorativa pelo Presidente da República Marcelo Rebelo de Sousa e uma confe-

rência sobre *O associativismo municipal e os desafios europeus* com a presença de muitos autarcas portugueses e de vários países europeus.

Porém, para a ANMP, o ano de 2024, que corresponde ao terceiro ano de mandato dos corpos dirigentes da ANMP, não foi apenas tempo de festa. Foi, também, um período de trabalho autárquico e de negociação política entre a Associação e

ANMP CELEBROU 50 ANOS DO 25 DE ABRIL

FOTOS: ANMP/SÉRGIO AZENHA



Celebrámos os 50 anos do 25 de abril, na sede da ANMP, na Avenida Marnoco e Sousa, em Coimbra, na véspera, à noite, e de manhã, com uma aurora de esperança assinalada pelos cravos de abril.

Na véspera, começámos a evocação da Revolução dos Cravos com música – as duas senhas do 25 de abril, *E depois do Adeus* e *Grândola Vila Morena*, que foram emitidas à hora certa, respetivamente 22h55 e 00h20; e seguimos com uma projeção, na fachada, de imagens que retratam o

desenrolar do 25 de abril.

Demos Vivas ao 25 de abril! Ao Poder Local Democrático! À Democracia! A Portugal! E, entretanto, de manhã, a sede da ANMP, Casa Comum do Poder Local Democrático, amanheceu ornamentada com um dos mais poderosos símbolos do 25 de abril: os cravos vermelhos.

Entretanto, na manhã de 25 de abril, a Presidente da ANMP, Luísa Salgueiro, partilhou uma breve mensagem em vídeo, lembrando que 50 anos do 25 de Abril são

também 48 anos de Poder Local, livre, autónomo e democrático, pelo que este era o momento para agradecermos o trabalho e a dedicação de muitos milhares de autarcas que nestas cinco décadas contribuíram decisivamente para o desenvolvimento do país e para a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos.

Simultaneamente, a Presidente Luísa Salgueiro divulgou a mensagem política que publicamos seguidamente.

MENSAGEM POLÍTICA DA PRESIDENTE DA ANMP

**25 de abril de 1974:
50 anos de liberdade
e democracia**

Celebramos hoje 50 anos da revolução do 25 de abril de 1974!

50 anos de paz, de liberdade e de democracia!

50 anos do “*dia inicial, inteiro e limpo/ Onde emergimos da noite/ e do silêncio*” - como nos legou Sophia de Mello Breyner Andresen.

50 anos do dia a partir do qual nos tornámos livres e conquistámos o poder de decidir, pelo voto, o nosso presente e o futuro das nossas crianças e jovens.

Celebrar o 25 de abril, 50 anos depois daquela esperada madrugada, é regressar aos ideais fundacionais da nossa democracia; é evocar os princípios basilares da liberdade, da igualdade e da fraternidade; é homenagear os seus construtores ilustremente representados por Salgueiro Maia; é lembrar o valor decisivo desta revolução pacífica para Portugal; é celebrar para jamais esquecermos, pois nada está definitivamente garantido.

Comemorar abril é tempo de festa, mas é também tempo de arregaçar as mangas e trabalhar ainda mais pela consolidação da democracia plural, solidária, livre de qualquer tipo de amarras, pela democracia fraterna!

Não nos podemos distrair com a espuma dos dias, pois, se o fizermos, os ideais do 25 de abril de 1974 podem ser varridos para debaixo de um qualquer tapete e os tempos podem voltar a ser sombrios. Não permitiremos! Permiti-lo seria uma traição ao 25 de abril, aos seus ideais, à liberdade conquistada, à democracia construída, a nós próprios e àqueles que virão depois de nós.

Em 50 anos, Portugal conseguiu, com muito trabalho e investimento, apagar o cinzentismo do Estado Novo e transformar-se num país mais desenvolvido e democrático, alinhado com os países

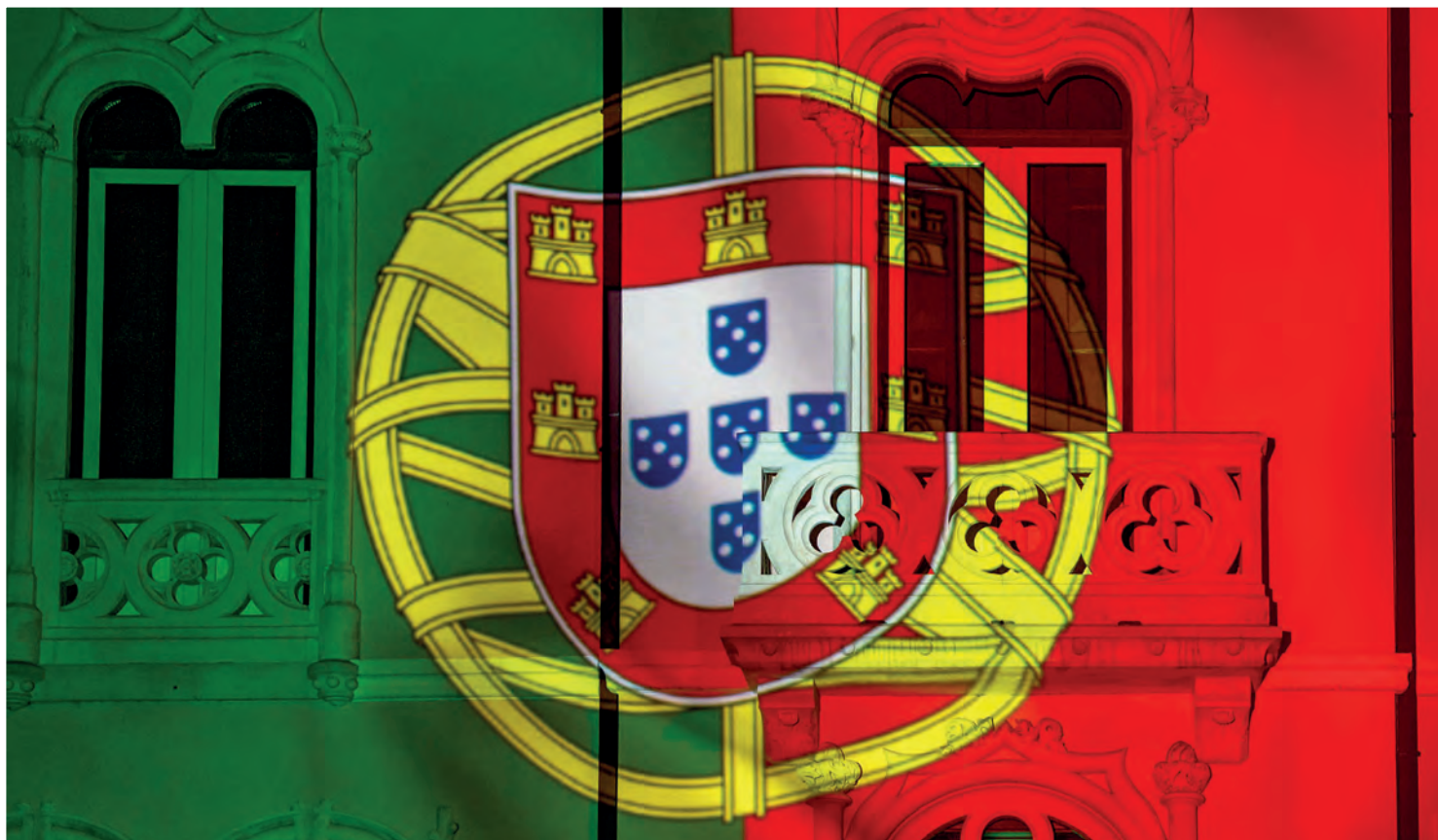


mais democráticos da Europa. Os direitos que conquistámos, os progressos sociais e económicos que alcançámos, os avanços na ciência e na técnica conseguidos pelas nossas instituições de ensino superior e de investigação avançada, os cuidados com o ambiente e as preocupações com o clima... têm de continuar a ser aprofundados.

Antes do tempo que abril abriu, a maioria da população portuguesa era analfabeta, pobre, não tinha acesso à saúde, à cultura, ao desporto, ao lazer... Portugal vivia num limiar da pobreza que nos envergonhava na Europa desenvolvida. Em 50 anos, principalmente em virtude de estarmos integrados na União Europeia e, por essa via, podermos recorrer aos fundos europeus destinados a diversos setores de desenvolvimento, e, em grande medida

devido ao trabalho de proximidade desenvolvido pelos municípios e pelas freguesias, o nosso país mudou para melhor.

As eleições livres para as Autarquias Locais, a Assembleia da República e a Presidência da República são uma das maiores conquistas do 25 de abril. O direito de voto universal deu aos cidadãos a possibilidade de escolherem os seus eleitos, tanto a nível local, como na esfera nacional, e, com o voto, o poder de conhecer os homens e as mulheres a quem podem exigir mais e melhor trabalho em cada dia, melhores condições de vida, maiores oportunidades para si mesmos e para os seus vindouros. É deste voto livre para as autarquias, pela primeira vez em 12 de dezembro de 1976, que nasceu o poder local democrático servido por milhares de autarcas que têm



sabido estar abnegadamente ao serviço das suas comunidades.

E foi pela união de esforços destes autarcas que nasceu, em 1984, a Associação Nacional de Municípios Portugueses para trabalhar pelos municípios e os representar junto dos órgãos de soberania. É o que temos feito ao longo de 40 anos dos 50 que hoje celebramos. Os cidadãos conhecem-nos e sabem que os municípios têm

trabalhado continuamente para desenvolverem e aproximarem os territórios e, desse modo, criarem melhores condições de vida e oportunidades equitativas para todas e para todos os que nascem em Portugal ou escolhem o nosso país para viver, bem como empenhando-se no envolvimento da diáspora, contribuindo para aproximar todos os portugueses.

Com o trabalho dos autarcas, homens

e mulheres empenhados politicamente, os municípios apoiaram e apoiam socialmente os seus munícipes, investindo na educação, na saúde, na ação social, no desporto, na cultura, nos transportes públicos, na reciclagem, na transformação de resíduos, no ensino do inglês, na diminuição da iliteracia... mas também prestando apoio às instituições e às empresas, erguendo complexos industriais, apoiados no saber das universidades e dos politécnicos, modernizando os mercados, criando e ajudando a gerar muitos postos de trabalho. O território nacional passou a ser uma fonte de oportunidades. O poder local teve um papel determinante na democratização do país ao torná-lo melhor para todos os cidadãos!

Hoje, 50 anos volvidos sobre aquela alva madrugada de 25 de abril de 1974, as autarquias locais continuam a trabalhar em prol do desenvolvimento económico, social e cultural do território e do bem-estar das populações, na senda de um Portugal mais equilibrado, mais coeso e mais justo para todos e para todas. A proximidade das autarquias locais às populações é uma





mais-valia imprescindível para responder aos anseios das pessoas, instituições e empresas. É esse o nosso desafio constante: responder às necessidades dos nossos concidadãos!

Aliás, foi com esse pensamento, com o foco no desenvolvimento dos territórios

e na prestação de um serviço eficiente e de qualidade às populações, que trabalhamos, intensamente, na descentralização de competências do Estado central para as autarquias locais e as entidades intermunicipais. Empenhámo-nos num vasto conjunto de setores em que acreditamos que os municípios podem fazer mais e melhor, especialmente em áreas determinantes para a sociedade, como a educação, a saúde e a ação social.

Estamos cientes de que esta é uma reforma fundamental para o nosso país, mas é preciso ir mais longe, aprofundando a proximidade entre o Estado e as pessoas, culminando na regionalização. Sabemos que, hoje, os países europeus mais desenvolvidos são os que têm, na sua organização política e administrativa, as regiões, pelo que pugnaremos por essa evolução para Portugal.

Vamos continuar a defender, junto do Governo, um conjunto de matérias essenciais para o poder local e para o país, nomeadamente uma nova lei das finanças locais que resolva os constrangimentos atuais e responda aos novos desafios demográficos, climáticos e digitais que se colocam às autarquias; o acompanhamento próximo da ANMP do Portugal 2030 e

do Plano de Recuperação e Resiliência; e uma vastidão de matérias cruciais para o nosso futuro comum, como a habitação, a água, os resíduos, a energia...

Vivemos hoje um tempo especialmente desafiante, mas, como outros e outras antes de nós, tudo faremos para estar à altura dos desafios do nosso tempo e para deixar um Portugal melhor para as gerações futuras, procurando sempre honrar a herança de abril, juntar a nossa voz à voz dos seus construtores e abrir hoje uma aurora de renovada esperança num Portugal mais justo, mais livre e mais solidário!

Viva o 25 de abril!

Viva o Poder Local Democrático!

Viva a Democracia!

Viva Portugal!

Luísa Salgueiro, Presidente da ANMP

Coimbra, 25 de abril de 2024.

Nota: Todos os momentos dos 50 anos do 25 de abril de 1974 podem ser revisitados no website da ANMP em: <https://anmp.pt/generico/40-anos-da-anmp-50-anos-do-25-de-abril/>





■ A Mesa da Sessão Solene, da esquerda para a direita, Ribau Esteves, Torres Pereira, Luísa Salgueiro, Luís Montenegro, Castro Almeida e José Manuel Silva.

40 ANOS DA FUNDAÇÃO DA ANMP

SESSÃO SOLENE EVOCATIVA

PRESIDIDA PELO PRIMEIRO-MINISTRO

LUÍS MONTENEGRO

A ANMP celebrou, neste ano de 2024, os 40 anos da sua fundação ocorrida a 20 de maio de 1984, na Figueira da Foz.

A comemoração, simultaneamente, desta data histórica e da atividade desenvolvida pela Associação ao longo de 40 anos, começou com uma Sessão Solene Evocativa, na sede da Associação, na Avenida Marnoco e Sousa, em Coimbra, presidida pelo Primeiro-Ministro Luís Montenegro.

Nesta Sessão, usaram da palavra o

primeiro Presidente da ANMP, Artur Torres Pereira; a atual Presidente, Luísa Salgueiro; e o Primeiro-Ministro, Luís Montenegro. Enquanto Artur Torres Pereira recordou a história da fundação e dos primeiros anos desta Casa Comum do Poder Local, Luísa Salgueiro falou dos desafios do presente e das reivindicações para o futuro, nomeadamente a necessidade de uma nova Lei

de Finanças Locais.

O Chefe do Governo felicitou a ANMP pelos seus 40 anos, pelo trabalho rigoroso e empenhado em prol dos municípios que desenvolveu ao longo dos anos, manifestou-se honrado por se associar a esta efeméride, mas remeteu a negociação sobre uma nova Lei de Finanças Locais para mais tarde.



■ Os convidados que assistiram à Sessão Solene comemorativa dos 40 anos da ANMP.



■ O primeiro presidente da ANMP Artur Torres Pereira.



■ A atual presidente da ANMP Luísa Salgueiro.



■ O Primeiro-Ministro Luís Montenegro.



■ A ANMP agradeceu, da esquerda para a direita, o presidente da Câmara Municipal de Coimbra José Manuel Silva e os anteriores presidentes da ANMP Artur Torres Pereira e Manuel Machado.



■ A ANMP agradeceu, da esquerda para direita, o anterior presidente da ANMP, Fernando Ruas (Mário de Almeida esteve ausente por razões de saúde), o ministro adjunto e da Coesão Territorial Manuel Castro Almeida e o Primeiro-Ministro Luís Montenegro.



■ Sua Excelência O Presidente da República Marcelo Rebelo de Sousa descerrando a placa comemorativa dos 40 anos da ANMP.

SALVAR, DE PAULO NEVES

Após a Sessão Solene, o Presidente da República Marcelo Rebelo de Sousa, associou-se às celebrações dos 40 anos da ANMP.

O Presidente da República, após descer uma placa comemorativa dos 40 anos da ANMP, visitou a instalação intitulada *Salvar*, da autoria do escultor Paulo Neves, patente no jardim interior da ANMP, elogiando a beleza das obras de arte.

"Salvar" foi o nome dado à instalação escultórica feita a partir da madeira de uma azinheira que fez parte da história da ANMP e que sucumbiu ao tempo, vivendo agora



■ O Conselho Diretivo com Sua Excelência o Presidente da República Marcelo Rebelo de Sousa, os antigos presidentes da ANMP e outros membros dos órgãos sociais e o escultor Paulo Neves.

em cada uma das peças esculpidas por Paulo Neves.

Para perpetuar o valor simbólico desta árvore para a ANMP e este trabalho escultórico de Paulo Neves foi publicado um

catálogo com prefácio da Presidente da ANMP Luísa Salgueiro, intitulado "Como nasce uma árvore?"; e do escritor Valter Hugo Mãe, este com o título que deu nome à instalação – "Salvar".

PRESIDENTE DA REPÚBLICA CONDECOROU ANMP COM A ORDEM DA LIBERDADE



■ Sua Excelência o Presidente da República Marcelo Rebelo de Sousa usando da palavra durante o almoço comemorativo dos 40 anos da ANMP.

O Presidente da República, Marcelo Rebelo de Sousa, presente no almoço de celebração dos 40 anos da ANMP, que decorreu na antiga igreja do Convento

São Francisco, em Coimbra, condecorou a Associação com a Ordem da Liberdade.

Esta ordem honorífica que distinguiu, de acordo com as palavras do Chefe de Estado,



■ Sua Excelência o Presidente da República Marcelo Rebelo de Sousa entregou à presidente da ANMP Luísa Salgueiro a Ordem da Liberdade.

quatro décadas de dedicação aos municípios, ao Poder Local Democrático, a Portugal, em prol da consolidação da democracia, foi entregue à Presidente Luísa Salgueiro.



■ A assistência da Conferência Internacional sobre *O associativismo municipal e os desafios europeus*.

CONFERÊNCIA INTERNACIONAL DEBATEU ASSOCIATIVISMO MUNICIPAL E DESAFIOS EUROPEUS

Uma Conferência Internacional sobre *O associativismo municipal e os desafios europeus*, realizada no Convento São Francisco, em Coimbra, representou uma oportunidade única para juntar, no mesmo debate, representantes de associações representativas dos municípios de vários países europeus, governantes nacionais e a Comissão Europeia Elisa Ferreira.

Na Sessão de abertura desta Conferência, usaram da palavra o Presidente da Câmara Municipal de Coimbra, José Manuel Silva; a Presidente da ANMP, Luísa Salgueiro; a Presidente do Conselho de Municípios e Regiões da Europa, Gunn Marit Helgesen; e o Ministro Adjunto e da Coesão Territorial, Manuel Castro Almeida. Todos enfatizando os 40 anos da ANMP e debatendo as grandes questões que se colocam aos municípios europeus nos tempos

incertos em que vivemos.

A Comissão Europeia para a Coesão e Reformas, Elisa Ferreira, fez uma intervenção antes da mesa-redonda sobre *O associativismo municipal e os desafios europeus: o papel da cooperação descentralizada*, que em muito contribuiu para lançar o debate desta temática, porquanto desafiou os municípios a serem exigentes em matéria de políticas europeias.

A mesa-redonda, moderada pelo Secretário-Geral do Conselho de Municípios e Regiões da Europa, Fabrizio Rossi, contou com intervenções entusiasmadas e entusiasmantes do Vice-Presidente da ANMP e membro do Comité das Regiões Europeu, José Ribau Esteves; a Presidente da Federação Espanhola de Municípios e Províncias, Maria José Jurado; a Presidente da Associação Italiana do CCRE/

CMRE, Milena Bertani; o Secretário-Geral da Associação das Autoridades Locais do Sudeste Europeu, Kelmend Zajazi; e o representante da Associação Sueca de Municípios e Regiões e Presidente da Delegação Sueca do Comité das Regiões Europeu, Anders Knape.

A celebração dos 40 anos terminou em festa com os parabéns cantados por todos os autarcas presentes e com um brinde ao passado, ao presente e ao futuro com um vinho do Porto do ano da fundação da ANMP: 1984.

Nota: Todos os momentos dos 40 anos da ANMP podem ser revisitados no website da ANMP em: <https://anmp.pt/generico/40-anos-da-anmp-50-anos-do-25-de-abril/>



OE TRANSFERIU PARA OS MUNICÍPIOS EM 2024 MAIS 606 MILHÕES DE EUROS QUE EM 2023

Em 2024, o Orçamento do Estado (OE) transferiu para os municípios, em resultado do esforço de negociação da ANMP com o Governo e os partidos com assento na Assembleia da República, mais 606 milhões de euros que em 2023 (+18,6%), num montante que totalizou 3 860 604 423€.

Entre as medidas positivas deste Orçamento, a ANMP sublinha o reforço das transferências do Estado para os municípios e a adoção dos critérios de distribuição propostos pela Associação que garantiram que cada município aumentasse, no mínimo, 7,8% (valor da inflação em 2022) face a 2023.

FIM DAS CONTRIBUIÇÕES PARA ADSE E SNS

Para além disso, também salienta o fim das contribuições dos municípios para a ADSE e para o SNS, correspondendo, finalmente, às propostas concretas da ANMP. Outra das medidas alcançadas pela ANMP foi o aumento de 20 para 40% da possibilidade de utilização da margem de endividamento dos municípios, assim como a manutenção da possibilidade de utilizar 100% da margem quando se trata de assegurar o financiamento nacional de projetos cofinanciados por fundos comunitários na componente de investimento não elegível.

Assim como a previsão de que 50% do valor normalmente designado como excedente possa assumir a natureza de transferência corrente; o aperfeiçoamento e agilização do recrutamento nos municípios em situação de rutura ou saneamento; bem como o facto de manter medidas importantes como: o fim das limitações na aquisição de serviços; a possibilidade de restituição do IVA do PRR para as autarquias, entidades intermunicipais e



D.R.

FEFAL; a dispensa da aplicabilidade da Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso e a flexibilização das regras de

cálculo dos fundos disponíveis; e ainda a integração de todo o saldo de gerência de forma mais simples.

ANMP REALIZOU VÁRIAS REUNIÕES COM O GOVERNO

A Associação Nacional de Municípios Portugueses, no âmbito das intensas negociações que estabelece com o Governo, reuniu-se várias vezes, ao longo do ano de 2024, para analisar os diversos assuntos que urgem para os municípios. A seguir, apresentamos uma síntese de alguns desses encontros com o Executivo governamental.

PROGRAMA INCENTIVA + TP É UM PROCESSO EM CURSO

A Associação Nacional de Municípios Portugueses (ANMP) reuniu-se com o Governo, a 18 de janeiro (2024), na sequência da emissão de parecer relativo ao projeto de Decreto-Lei (539/XIII/2023) que aprovou o regime jurídico do Programa de incentivo ao transporte público coletivo de passageiros (Incentiva + TP) e obteve vários esclarecimentos a questões que colocava no referido parecer.

Desta reunião com a Ministra da Coesão Territorial, Ana Abrunhosa, e o Secretário de Estado da Mobilidade Urbana, Jorge Delgado, resultou um compromisso, assumido posteriormente por escrito, que foi debatido na reunião do Conselho Diretivo de 23 de janeiro (2024).

Numa nota escrita enviada à ANMP foram clarificadas diversas matérias cons-



DR

tantes deste projeto de Decreto-Lei, nomeadamente as respeitantes ao financiamento, designadamente a comparticipação dos municípios, a distribuição das verbas pelas Áreas Metropolitanas e Comunidades Intermunicipais, os tarifários e os contratos interadministrativos.

O Governo assegurou a "previsibilidade das verbas a destinar às autoridades de transporte" e deixou a garantia de "uma fonte de financiamento para o programa, deixando de estar prevista anualmente no Orçamento do Estado".

ANMP APRESENTOU CADERNO REIVINDICATIVO EM REUNIÃO COM MINISTRO DA COESÃO TERRITORIAL

O Conselho Diretivo da ANMP reuniu-se, no dia 30 de abril (2024), com o Ministro Adjunto e da Coesão Territorial, Manuel Castro Almeida, numa altura em que o Governo presidido por Luís Montenegro tinha acabado de iniciar funções, para apresentar o caderno reivindicativo da Associação para os municípios.

Nesta primeira reunião com o novo

Governo foram debatidas diversas matérias, desde a descentralização de competências da Administração Central para a Administração Local e Entidades Intermunicipais à necessidade imperiosa de uma nova Lei de Finanças Locais adequada aos atuais desafios das autarquias, passando pelas concessões de energia em baixa tensão, o problema dos resíduos urbanos, da água, os

tarifários e as alterações climáticas.

O Governo mostrou abertura para negociar com a ANMP e a ANMP assegurou que estará continuamente empenhada em todas as negociações que permitam chegar a melhores políticas públicas que garantam aos municípios desempenhar cada vez melhor as suas missões em prol das populações.

GOVERNO COMPROMETEU-SE A FACILITAR PROCESSO DO CONCURSO A FUNDOS EUROPEUS NO AMBIENTE



■ Os membros da ANMP

O Governo comprometeu-se com os municípios portugueses, numa reunião realizada no dia 9 de julho (2024), no Ministério do Ambiente, em Lisboa, a facilitar o processo do concurso a fundos europeus na área do ambiente e a criar um grupo de trabalho urgente para discutir as questões dos resíduos. As garantias foram dadas pela ministra do Ambiente e Energia, Maria

da Graça Carvalho, ao Conselho Diretivo da Associação Nacional de Municípios Portugueses (ANMP) presidido por Luísa Salgueiro.

No primeiro encontro desta legislatura entre a titular da pasta do Ambiente e Energia e representantes da ANMP estiveram em cima da mesa temas como as tarifas de água, os fundos europeus, a problemática

dos resíduos que vão para aterro e o concurso de energia elétrica em baixa tensão.

No final do encontro, a ANMP manifestou-se satisfeita com os compromissos assumidos pelo Governo relativamente a algumas das preocupações dos municípios, dado que a ministra se comprometeu a trabalhar com a Associação mais proximamente e mais intensamente os vários temas.

ANMP DEFENDE TARIFÁRIO ÚNICO NA DISTRIBUIÇÃO DA ÁGUA

A criação de um tarifário único na distribuição da água foi um dos compromissos assumidos pela ministra do Ambiente. "Não faz sentido haver um preço de água diferente em função da localização dos

consumidores e, portanto, vai ser feito um trabalho nesse sentido", adiantou Luísa Salgueiro no final do encontro.

Ainda em relação a este setor, outra das alterações que o Governo afirmou que

irá fazer, após proposta da ANMP, é à eliminação da medida que estava a bloquear o acesso a fundos comunitários por parte de municípios não agregados, no âmbito do Plano Estratégico de Abastecimento de

ENERGIA ELÉTRICA EM BAIXA TENSÃO: ANMP DEFENDE ABERTURA DE CONCURSO



■ Os membros do Governo.

Um terceiro compromisso estabelecido entre a tutela e a ANMP é a criação de uma comissão de acompanhamento para o concurso respeitante à energia elétrica em baixa tensão. “É uma comissão que os vai envolver para chegar a um acordo sobre o que fazer em relação à rede de baixa tensão, mantendo os nossos princípios de serviço público de eletricidade, a igualdade tarifária para todo o país, da segurança do

investimento e da rede”, sublinhou a ministra do Ambiente.

Por seu turno, a presidente da ANMP destacou à Lusa, no final da reunião, a necessidade de existir uma entidade coordenadora, dada a “complexidade” do processo de concessão da distribuição de energia em baixa tensão, que envolverá 278 municípios portugueses.

A rede de distribuição em baixa ten-

são veicula a energia elétrica até instalações de consumidores domésticos e pequenas empresas, sendo que a distribuição de energia elétrica em Portugal é uma atividade dos municípios que pode ser concessionada por 20 anos. Atualmente, a EDP Distribuição tem o maior número de concessões, existindo 10 outros operadores em rede de distribuição em baixa tensão.

Água e Saneamento de Águas Residuais e Pluviais (PENSAARP 2030), conforme exigência da ANMP.

Em março deste ano, a presidente da ANMP tinha considerado inaceitável que os critérios vigentes do PENSAARP 2030 bloqueassem o acesso a fundos comunitários a 72% dos municípios com modelos de gestão não agregados.

Outro dos setores debatidos na reunião foi o dos resíduos, com ambas as partes a

manifestarem a sua preocupação com a quantidade de lixo que continua a ir para aterro.

“Temos aqui um grande trabalho pela frente, de estratégias para reduzir a quantidade de resíduos. Temos de saber quais são as infraestruturas que podem ser aumentadas, se precisamos de infraestruturas novas. Combinámos fazer, em conjunto com a ANMP, um grupo de trabalho urgente para os resíduos”, indicou a governante.



OBSERVATÓRIO DO PODER LOCAL EM MARCHA

Antes de se reunir com o titular da pasta da Coesão Territorial, neste mesmo dia, a ANMP esteve reunida com a Ministra da Juventude e Modernização, Margarida Balseiro, para abordar a proposta da ANMP para a criação de um Observatório do Poder Local, no âmbito da Estratégia Nacional de Territórios Inteligentes (ENTI).

Após a reunião, em comunicado, o Ministério da Juventude e Modernização anunciou aceitar a criação deste Observatório, explicando que “o objetivo é reforçar o papel dos municípios numa estratégia vocacionada para uma gestão mais inteligente, sustentável e inclusiva do território”. A ANMP há muito que manifestara a intenção de constituir este Observatório, estando já em marcha, conforme se informa noutro ponto deste Boletim.



■ A ANMP está em processo de negociação permanente com o Governo.

ANMP INSTA O GOVERNO A ISENTAR OBRAS NA ÁREA DA EDUCAÇÃO DE VISTO PRÉVIO DO TC

A Associação Nacional de Municípios Portugueses (ANMP) instou o Governo, a 31 de julho, a isentar de visto prévio do Tribunal de Contas (TdC) as empreitadas referentes à área da Educação, que beneficiarão do Programa de Recuperação e Resiliência (PRR).

A posição da ANMP foi transmitida ao ministro da Coesão Territorial, Manuel Castro Almeida, durante uma de três reuniões que a Associação teve com membros do Governo, no Campus XXI, em Lisboa.

A ANMP entendeu que, tal como aconteceu com a Habitação, também agora para a Educação faz sentido isentar de visto prévio as empreitadas e fiquem apenas sujeitas a visto sucessivo, dado haver pouco tempo e existirem escolas que vão ser reabilitadas ao abrigo de verbas do PRR.



■ As obras nas escolas são uma das preocupações da ANMP

A ANMP sentiu que sobre esta matéria existe um alinhamento entre a posição dos municípios e o Governo. Ainda sobre a temática do PRR, os municípios e o Governo

debateram os investimentos, as regras e as prioridades, defendendo a ANMP que a prioridade deverá ser as áreas da Educação, Saúde e Habitação.

ANMP APRESENTOU PROPOSTAS PARA OE2025 EM REUNIÃO COM MINISTRO DAS FINANÇAS



■ O Conselho Diretivo reunido com o Governo.

O Conselho Diretivo da ANMP, presidido por Luísa Salgueiro, reuniu-se, no dia 20 de setembro (2024), com o Ministro de Estado e das Finanças, Joaquim Miranda Sarmento. Nesta reunião, a ANMP apresentou as suas reivindicações para a Proposta de Lei do Orçamento do Estado para 2025.

Neste encontro, em que também participaram o Secretário de Estado da Administração Local e Ordenamento do Território, Hernâni Dias, e o Secretário de Estado Adjunto e do Orçamento, Brandão de Brito, a ANMP também apresentou as suas propostas para uma nova Lei das Fi-

nanças Locais.

Nesta reunião, que marcou o início das negociações destas matérias com o Governo, também participaram, pela ANMP, os membros do Conselho Diretivo Ribau Esteves, Rui Santos, Rogério Bacalhau, Álvaro Araújo, Alfredo Monteiro, o Secretário-Geral Rui Solheiro e o Secretário-Geral Adjunto Fernando Cruz.

Nesta reunião, entre as propostas apresentadas pela ANMP, destacamos o reforço das transferências para os municípios; a criação de uma norma excecional de distribuição horizontal, que permita a todos os

municípios uma subida pelo menos igual à inflação; a adoção de medidas de agilização no PRR – como a dispensa do visto prévio do Tribunal de Contas e da revisão de projetos; a redução da taxa de IVA em vários domínios fundamentais da atuação municipal; o aperfeiçoamento, em lei, do processo de avaliação do centros eletroprodutores para efeitos de IMI; o não aumento da TGR; um melhor acompanhamento e monitorização do processo de descentralização de competências; e a revogação do corte de 5% nos vencimentos dos titulares de cargos políticos.



■ A ANMP reunida com o Governo no Porto.

ANMP REUNIU-SE COM GOVERNO NO PORTO E ABORDOU FINANCIAMENTO DAS ESCOLAS

A Associação Nacional de Municípios Portugueses (ANMP) esteve reunida, no dia 24 de outubro (2024) com o Governo, no Porto, designadamente com as pastas da Coesão e Educação, para analisar a situação das matérias relacionadas com a descentralização. Sobre esta matéria, em declarações aos jornalistas, no final da reunião, a Presidente da ANMP, Luísa Salgueiro, adiantou que foi “proposto e vai ser trabalhada a possibilidade de fundir dois fundos – o Fundo Social Municipal e o Fundo de Financiamento da Descentralização – o que retirará carga burocrática e tornará mais transparente o processo”.

A Presidente referiu também que relativamente ao financiamento de obras de requalificação nas escolas que ficaram de fora do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR), a ANMP aguarda resposta do Governo que está a tratar desse financiamento através do Banco Europeu de Investimentos. “Não temos data prevista, mas é um tema que o Ministério da Coesão está a tratar e aguardamos que no próximo ano já seja possível fazer novas candidaturas e avançar com novas obras”, disse então Luísa Salgueiro.

Relativamente ao financiamento das escolas, indicou estar a ser feita uma ava-

liação detalhada das razões que explicam as diferenças entre os valores estabelecidos no acordo entre a ANMP e o Governo, também “ao nível das refeições escolares, seja ao nível das despesas com a manutenção de espaços interiores e exteriores”. “Antes de se decidir o reforço das verbas temos de verificar onde há défice e as razões pelas quais há esse reporte”, rematou. A autarca acrescentou ainda ter ficado “estabilizado o regresso do funcionamento da comissão de acompanhamento, o órgão onde será possível avaliar e monitorizar o estado da descentralização nos vários municípios”.

FUNDOS EUROPEUS: ANMP DEFENDE REATIVAÇÃO DA COMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO AO INVESTIMENTO MUNICIPAL

A Associação Nacional de Municípios Portugueses (ANMP) defendeu já, junto do Governo, a reativação da Comissão Permanente de Acompanhamento ao Investimento Municipal (CPAIM) e solicitou, para breve, o agendamento de uma reunião desta Comissão, por considerar que este é um trabalho fundamental para os municípios.

Em matéria de Fundos Europeus Estruturais e de Investimento, a ANMP tem feito um trabalho permanente em várias frentes, tanto no âmbito do Portugal 2020, como do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) e do Portugal 2030.

PORTUGAL 2020: MUNICÍPIOS FORAM BONS EXECUTORES DOS FUNDOS EUROPEUS

O **Portugal 2020** atingiu, no terceiro trimestre de 2024, uma taxa de compromisso de 110% e uma taxa de execução de 102%, com mais de 92 mil operações aprovadas, de acordo com o Boletim informativo dos Fundos da União Europeia e dados de 30 de setembro de 2024, o que permite concluir que haverá uma plena absorção dos fundos e que os municípios foram, como é habitual, bons executores dos fundos europeus, assumindo um papel importante tanto na gestão como na execução.

ANMP PROPÕS MEDIDAS DE AGILIZAÇÃO PRR e PT2030

No **PRR**, dos 22 mil milhões de €, apenas 26% foram executados e pagos aos beneficiários (5.699M€), o que é manifestamente reduzido se considerarmos que o prazo para execução deste instrumento é 2026. Algumas componentes relevantes



para os municípios encontram-se mesmo abaixo daquela média: SNS 16%, Habitação 21%, Respostas sociais 21% - de acordo com o Relatório de Monitorização semanal do PRR em finais de novembro.

No Portugal 2030, até finais de setembro, foram aprovadas 3.631 operações, correspondendo a 3.254M€ de fundo. Dos 22.995 milhões de € do fundo programado, foram executados 838 milhões de €, de acordo com o Boletim mensal do Portugal2030 reportado a 30 de setembro de 2024.

Face a estes atrasos e dificuldades de execução no PRR e no Portugal 2030, foi necessário adotar **duas importantes medidas de agilização no âmbito da contratação pública propostas pela ANMP**, designadamente:

- **Um regime de fiscalização prévia especial** pelo Tribunal de Contas (TdC) dos atos e contratos que se destinem à execução de projetos (co)financiados por fundos europeus, o que permite aos municípios dar início à execução física e financeira, sem ter de aguardar pelo visto do TdC, passando esta fiscalização prévia a ser realizada em simultâneo com a execução do projeto.

- **Um Decreto-Lei** que consagra a possibilidade de a entidade adjudicante dispensar, fundamentadamente, a revisão prévia do projeto de execução nos procedimentos de formação de contratos de empreitada de obras públicas que se destinem à execução de projetos (co)financiados por fundos europeus.

ANMP INTERVEM NA EXECUÇÃO DA HABITAÇÃO PRR PARA MINIMIZAR IMPACTOS DA FALTA DE RESPOSTA DO IHRU

Na tentativa de minimizar os graves impactos da falta de capacidade de resposta do Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana (IHRU) na análise e aprovação das candidaturas ao Aviso PRR do 1.º Direito, a ANMP aceitou a assinatura de um termo de responsabilidade, pelos municípios por ser a única forma de agilizar o início dos procedimentos de concurso e das obras.



D.R.

A ANMP está ciente que não é um processo isento de riscos e que nem deveria ser necessário, mas o compromisso com o desígnio nacional da habitação acessível e a consciência de que o tempo escasseia para cumprir a meta de junho de 2026 do PRR, conduzem à aceitação de mais esta responsabilidade pelos municípios.

Apesar dos esforços já feitos, os municípios continuam a reportar dificuldades no contacto com o IHRU, pelo que a ANMP solicitou ao presidente do Conselho Diretivo do IHRU, a indicação de um interlocutor que possa assegurar e agilizar o contacto com os municípios e remeteu ofício ao Governo, não tendo ainda obtido uma resposta formal.

ANMP TEM SIDO INCANSÁVEL NA DEFESA DA RECUPERAÇÃO/ REABILITAÇÃO DE ESCOLAS

A ANMP tem sido incansável na procura de garantias de financiamento para as 520 escolas incluídas no mapeamento – quer a lista acordada inicialmente com o Governo (451), quer as escolas incluídas posteriormente com o acordo da CCDR respetiva (69).

Em concretização do acordo setorial de compromisso, assinado em julho de 2023 entre o Governo e a ANMP, foi lançado, em janeiro de 2024, o Aviso do PRR no valor de 450 milhões de €, através do qual foram selecionadas, ao que apurámos, 69 escolas, pela ordem de entrada das candidaturas.

Perante um elevado número de escolas que não tiveram acesso a financiamento do PRR, muitas delas já em obra ou com concurso a decorrer, a ANMP pressionou o Governo no sentido de acionar rapidamente o Empréstimo Global BEI, tendo sido publicado em agosto um despacho que autoriza as CCDR a atribuir financiamento BEI até ao montante de 180 milhões de €, desta vez para apoiar intervenções em escolas cuja execução revele maior maturidade.

CICLO URBANO DA ÁGUA NO PT2030: AGREGAÇÕES E ACESSO DE TODOS OS MUNICÍPIOS AOS FUNDOS COMUNITÁRIOS

Tanto o Plano Estratégico para o Abastecimento de Água e Gestão de Águas Residuais e Pluviais 2030 (PENSAARP2030) como a regulamentação dos fundos vieram determinar que apenas poderão beneficiar dos apoios do PT2030 os investimentos promovidos por entidades agregadas em entidades intermunicipais ou parcerias com o grupo AdP, o que impede o acesso ao financiamento a 72% municípios do continente (cerca de 80% da população).

A ANMP posicionou-se sempre contra esta tendência, tendo conseguido, em setembro passado, uma alteração ao Regulamento Específico Ação Climática e Sustentabilidade (artigo 52.º), que passa a permitir a elegibilidade das operações promovidas por sistemas não agregados.

OBSERVATÓRIO DO PODER LOCAL AVANÇA E TERÁ FINANCIAMENTO DO PRR

Iniciado em 2023, o desenho do projeto de um Observatório do Poder Local teve, em 2024, desenvolvimento ao nível da definição do modelo de financiamento e avançará em 2025, de modo a entrar em funcionamento o mais rapidamente possível.



D.R.

A negociação da ANMP com o Governo conduziu ao apoio ao projeto da Associação através do financiamento do Plano de Recuperação e Resiliência, no âmbito da Estratégia Nacional dos Territórios Inteligentes (ENTI), tendo já sido publicado um Aviso/Convite, de que é beneficiário final a ANMP.

A candidatura foi apresentada, tendo sido aceite um montante de 1 205 000€, seguindo-se agora a fase de lançamento dos procedimentos de contratação para a seleção das entidades externas que irão apoiar a ANMP no desenvolvimento do Observatório.

Em 2025, a ANMP promoverá os trabalhos de desenvolvimento do Observatório, a concluir até junho de 2026, através de uma plataforma de informação cujos da-

dos serão tendencialmente recolhidos de forma automática, particularmente focados nos indicadores sobre as diversas áreas de atuação dos municípios.

Com este projeto pretende-se contribuir para construir uma base comum de informação e conhecimento, devidamente padronizada, da atividade e desempenho de toda a administração local, permitindo uma leitura global e espacial de todo o território nacional; monitorizar e avaliar as políticas públicas, a evolução do processo de descentralização e as atividades das autarquias locais; e suportar a tomada de decisão pelos responsáveis pela condução das políticas públicas aos vários níveis e pelos atores económicos e sociais.

Mas também produzir, recolher, sistematizar, analisar e partilhar informação

estatística sobre a atividade e desempenho da administração local; suportar a definição de novas políticas públicas ou ajustamentos às existentes; incrementar a informação, o conhecimento e a transparência sobre a atividade da administração local; e viabilizar a identificação de casos de sucesso/boas práticas, incentivando a sua partilha e cooperação intermunicipal e inter-regional.

E ainda fomentar uma maior coesão territorial, identificando áreas que necessitam de maior investimento e desenvolvimento, reduzindo as desigualdades; apoiar os cidadãos e as empresas, promovendo uma governança mais transparente, eficiente e participativa; e promover a melhoria da qualidade da gestão pública nos vários níveis bem como a sua coordenação.

CONSELHO DIRETIVO: 22 REUNIÕES A TRABALHAR PELOS MUNICÍPIOS

O Conselho Diretivo da Associação Nacional de Municípios Portugueses realizou 22 reuniões ao longo deste último ano, todas simultaneamente, presenciais e online e uma das quais descentralizada em Alenquer.

Nas reuniões do Conselho Diretivo foram analisados os assuntos mais relevantes para os municípios, como a descentralização, sobretudo nas áreas da Educação, Saúde e Ação Social; as finanças locais; os fundos comunitários; e a proposta de Lei do Orçamento do Estado para 2025, onde a ANMP se empenhou, entre muitos outros assuntos, na distribuição equitativa de verbas pelos municípios.

Este foi um período intenso, exigente e de fortes negociações, até março com o Governo socialista e, a partir de abril, com o Governo da AD, também em temas como o tarifário da água, as concessões de energia em baixa tensão, os problemas da habitação, a problemática dos resíduos, entre muitos outros que têm impacto na gestão municipal.

Mas também a proteção civil, o IMI das barragens, fotovoltaicas e eólicas, os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, as contingências ambientais e climáticas, os problemas levantados pela inflação, o aumento dos preços das matérias-primas,



■ O primeiro Conselho Diretivo do ano 2024 na sede da ANMP, em Coimbra.

energia, transportes, alguns dos quais são consequência da guerra na Ucrânia e da guerra no Médio Oriente.

Apesar das diferentes forças partidárias e independentes que compõem o Conselho Diretivo da ANMP, a presidente considera que "o importante é sempre o resultado final e, quando esse é positivo para

os municípios, existe sempre um grande consenso e convergência". A capacidade de diálogo, a disponibilidade para ouvir, a negociação permanente e a acomodação de perspectivas de outras pessoas são os ingredientes para o Conselho Diretivo, a que preside, atingir resultados positivos para todos os municípios portugueses.



■ O Conselho Diretivo reunido em Alenquer.



■ O Conselho Diretivo reunido com a E-Redes.



■ O Conselho Diretivo reunido com a ERSAR.



■ O debate aceso e a procura de consensos são caraterísticas do Conselho Diretivo.



■ As reuniões de Conselho Diretivo são jornadas de trabalho intenso sobre os temas dos municípios.

CONSELHO GERAL APROVOU ORÇAMENTO E PLANO DE ATIVIDADES PARA 2024 POR UNANIMIDADE

O Conselho Geral da ANMP – órgão máximo entre Congressos - realizou três reuniões em 2024, simultaneamente presenciais e online, tendo aprovado os instrumentos fundamentais para o desenvolvimento do trabalho da Associação, nomeadamente o plano anual de atividades e o relatório de gestão e contas, bem como as matérias políticas fundamentais para os municípios, como o parecer do Orçamento do Estado para 2025.



■ A Mesa do Conselho Geral de 6 de fevereiro em Coimbra.

O Conselho Geral da ANMP, reunido na sede da Associação em Coimbra, a 6 de fevereiro (2024), após a reunião do Conselho Diretivo, aprovou por unanimidade, o orçamento e plano de atividades da Associação para 2024.

De acordo com a presidente Luísa Salgueiro, a ANMP comprometeu-se, neste Conselho Geral, a acompanhar todos os assuntos que interessam aos municípios, nomeadamente a necessidade de uma nova Lei de Finanças Locais e o estatuto dos eleitos locais.

Nesta reunião foi também destacado o facto de 2024 ser um ano particularmente relevante em matéria de comemorações, destacando-se a celebração dos 50 anos do 25 de abril e os 40 anos da constituição da ANMP.



■ Os membros do Conselho Geral que assistiram presencialmente à reunião de 6 de fevereiro.



■ A Mesa do Conselho Geral de 21 de maio em Coimbra.



■ Os membros do Conselho Geral que assistiram presencialmente à reunião de 21 de maio.

CONSELHO GERAL EVOCA 40 ANOS DA ANMP

A reunião do Conselho Geral, que decorreu a 21 de maio (2024), realizou-se em clima de evocação dos 40 anos da ANMP celebrados no dia anterior.

Nesta reunião foi feito o ponto da situação das negociações com o novo Governo nas mais diversas matérias que interessam aos municípios, nomeada-

mente a descentralização de competências e a necessidade de uma nova Lei de Finanças Locais.

APROVADO POR UNANIMIDADE PARECER RELATIVO AO OE 2025 PROPOSTO PELO CONSELHO DIRETIVO

O Conselho Geral, na reunião de 5 de novembro (2024), aprovou por unanimidade o parecer à proposta de Lei do Orçamento do Estado para 2025 proposto pelo Conselho Diretivo da Associação. Este parecer é globalmente positivo, apesar de várias reivindicações dos municípios estarem ainda de fora da proposta do Governo.

A presidente da Associação Nacional de Municípios Portugueses disse, no final da reunião do Conselho Diretivo, que decorreu no mesmo dia de manhã, que 2025 deve ser o ano de aprovação de uma nova Lei de Finanças Locais, para que possa entrar em vigor em janeiro de 2026, após as autárquicas.

A ANMP entende que é fundamental aproximar Portugal da Zona Euro ao nível da participação dos municípios nas receitas da Administração Pública.

Nesse sentido, a ANMP defende uma lei que assegure mais recursos próprios aos municípios, por forma a não estarem tão dependentes das transferências do Estado.



■ A Mesa do Conselho Geral de 5 de novembro em Coimbra.

“Sabemos que o peso das transferências do Orçamento do Estado para os municípios ainda continua a ser muito relevante e muitos municípios dependem para o seu funcionamento dessa transferência”, explicou então Luísa Salgueiro, salientando que

o Governo concorda com a necessidade de elaborar uma nova Lei de Finanças Locais e que está “de acordo com os pressupostos base” da ANMP, esperando-se agora que, no início de 2025, o grupo de trabalho entre em funcionamento.

ANMP OUVIDA NA ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA SOBRE A PROPOSTA DE LEI DO OE 2025

A Associação Nacional de Municípios Portugueses (ANMP), presidida por Luísa Salgueiro, foi, no dia 6 de novembro (2024) ouvida nas Comissões de Orçamento, Finanças e Administração Pública e de Poder Local e Coesão Territorial na Assembleia da República, em Lisboa, a propósito da proposta de lei do Orçamento do Estado para 2025.

A presidente apresentou a posição da Associação e a apreciação feita pelo Conselho Diretivo cujo parecer foi aprovado por unanimidade pelo Conselho Geral. Luísa Salgueiro sublinhou as reivindicações da ANMP relativamente à proposta de lei do orçamento do Estado para 2025, destacando a necessidade de uma nova Lei de Finanças Locais, bem como a necessidade de políticas que reforcem a coesão nacional.

A Associação procurou sensibilizar os deputados para os problemas enfrentados pelos municípios portugueses, bem como para as propostas da ANMP, que constam dos documentos apresentados ao Governo,



■ A delegação da ANMP na Assembleia da República.

em várias reuniões e sempre atempadamente, para que as autarquias continuem a desempenhar a sua missão sem comprometer a saúde financeira das suas contas.

Entre as propostas apresentadas, a ANMP defendeu a distribuição equitativa das transferências pelos 308 municípios, semelhante à aplicada em 2024, que as-

segura que todos têm um aumento das transferências acima da inflação de 2023 (4,3%), variando entre 4,8% e 15,5%; e também a reposição dos 5% do vencimento dos titulares de cargos políticos que tinham sido cortados em 2010; e ainda um melhor acompanhamento do processo de descentralização de competências.



■ A ANMP participou em três audições na Assembleia da República.

OE2025: MUNICÍPIOS VÃO RECEBER MAIS 432M€

Em 2025, os municípios receberão, do Orçamento do Estado (OE), 4 292 574 597€ (Quatro mil milhões, duzentos e noventa e dois milhões, quinhentos e setenta e quatro mil, quinhentos e noventa e sete euros), mais 432M€ que em 2024 (+11,2%), considerando a participação no IRS a 5% e excluindo o Fundo de Financiamento da Descentralização (FFD).

Este montante, alcançado por proposta da ANMP, traduz-se em alguma recuperação da participação dos municípios nos recursos públicos, no reforço da capacidade financeira municipal e no aumento da capacidade municipal de prestação de serviços às suas comunidades. Contudo, a ANMP teve de acautelar a distribuição equitativa pelos 308 municípios, semelhante à aplicada no ano de 2024, que assegura que todos os municípios têm um aumento das transferências acima da inflação de 2023 (4,3%), variando entre 4,8% e 15,5%.

Esta necessidade de ajustamento vai ao encontro do preconizado pela ANMP, sendo um exemplo paradigmático da desadequação da atual Lei de Finanças Locais, o que reforça a nossa discordância face aos critérios existentes e a defesa pela elaboração de uma nova Lei. Com efeito, apesar do aumento global de 11,2%, a aplicação da atual Lei de Finanças Locais teria impactos



D.R.

■ A educação é uma das áreas que mais envolve os municípios

muito diferenciados nos 308 municípios, com alguns municípios a descer até -20%, enquanto outros duplicariam face ao ano anterior (+98%).

Para além do aumento das transferências, há, no Orçamento do Estado para 2025, um conjunto de medidas positivas alcançadas por negociação da ANMP, tais como a obrigatoriedade de o saldo positivo

das escolas, no âmbito da descentralização de competências, ser devolvido aos municípios; a dispensa de consulta a três instituições para empréstimos junto do IHRU; ou a autorização para o Governo proceder a alterações orçamentais para assegurar o cumprimento do Acordo estabelecido com a ANMP no que respeita ao financiamento da recuperação e reabilitação das escolas.

FIM DOS 5% DO CORTE NO VENCIMENTO DOS ELEITOS

Das negociações em sede da proposta de Lei do Orçamento do Estado para 2025, conseguiu-se, finalmente, uma reiterada reivindicação da ANMP – a reversão do corte de 5% nos vencimentos dos titulares de cargos políticos.

Este corte fora introduzido no âmbito do Programa de Estabilidade e Crescimento (PEC), através da Lei n.º 12-A/2010, de 30 de junho, e mantido ainda hoje nas remunerações dos eleitos locais.

Em 2025, este corte acabará, o que cor-

responderá ao fim de uma situação ignominiosa para os titulares de cargos políticos, onde se incluem os presidentes de câmaras municipais e os vereadores a tempo inteiro, que, atualmente, ainda não viram revertido este corte nos vencimentos.

CONSELHO CONSULTIVO DA ANMP ANALISOU MATÉRIAS DOS FUNDOS EUROPEUS QUE PREOCUPAM MUNICÍPIOS

O Conselho Consultivo da ANMP reuniu-se, no dia 28 de novembro (2024), na sede da Associação, em Coimbra, para analisar as diversas matérias que preocupam os municípios. Os fundos comunitários foram o assunto em destaque nesta reunião, incluindo a requalificação das escolas, as alterações na organização da saúde, entre outras.



■ O Secretário-Geral Rui Solheiro presidiu aos trabalhos do Conselho Consultivo.

Este Conselho é composto por representantes das Áreas Metropolitanas e das Comunidades Intermunicipais e, neste encontro, também estiveram presentes representantes das Comissões Diretivas dos Programas Regionais Norte, Centro e Alentejo.

Os representantes das várias entidades intermunicipais tiveram a oportunidade de partilhar as principais dificuldades e constrangimentos sentidos na execução dos vários programas e de debater possíveis soluções. Com efeito, os municípios e enti-

dades intermunicipais estão, em simultâneo, focados no encerramento do Portugal 2020 (ainda com alguns saldos finais por fechar), na execução do Portugal 2030 e ainda do PRR, o que implica um enorme esforço de todas as equipas envolvidas.

PORTUGAL 2030

Quanto ao Portugal 2030, as entidades intermunicipais destacaram a pressão para cumprimento das metas intercalares dos programas regionais já

em dezembro de 2025. Dado o arranque tardio deste quadro comunitário – sem que os municípios tenham tido qualquer responsabilidade nesse atraso – a execução encontra-se ainda em níveis muito baixos, pelo que poderá vir a ser necessário reavaliar e flexibilizar as metas estabelecidas inicialmente.

PRR

Já no que se refere ao PRR, tal como alertado desde cedo pela ANMP, a ex-

cessiva centralização do Programa foi um erro e tem tido implicações graves ao nível da execução, já que os organismos intermédios centrais não têm demonstrado a capacidade e experiência necessárias para gerir de forma eficaz o volume de fundos que lhes foi atribuído. A habitação é talvez o exemplo mais paradigmático desta situação. Nesta fase, torna-se fundamental continuar a adotar medidas de agilização e simplificação, rever os valores de referência dos investimentos nas áreas da saúde, creches e habitação e negociar com a União Europeia o prolongamento do prazo do PRR.

RECUPERAÇÃO/REABILITAÇÃO DE ESCOLAS

Uma das principais preocupações sinalizadas relaciona-se com o Programa de Recuperação/ Reabilitação de Escolas, uma vez que foi já esgotada a verba de 450 milhões de € do PRR. Os membros do Conselho presentes nesta reunião consideram fundamental garantir o financiamento das

escolas ainda não apoiadas, em cumprimento do Acordo assinado entre a ANMP e o Governo, o que passa por apurar os montantes a financiar por cada fonte de financiamento e calendarizar os investimentos, permitindo uma melhor gestão dos ciclos autárquicos e das regras de orçamentação municipal.

TRANSPORTES

Em matéria de transportes, a ANMP defendeu que o Fundo Ambiental terá de passar a lançar avisos distintos para as Comunidades Intermunicipais (CIM) e para as Áreas Metropolitanas (AM), uma vez que os territórios de menor densidade populacional têm sido sistematicamente afastados destas verbas. O Secretário-Geral, Rui Solheiro, sublinhou que a ANMP irá defender esta posição junto do Governo.

ESTRADAS MUNICIPAIS

Foi ainda debatida a questão antiga do financiamento das estradas municipais.

A ANMP tem proposto, há largos anos, a criação de um instrumento financeiro para áreas não financiadas por fundos europeus, como as redes viárias, tendo sido já colocadas em cima da mesa várias hipóteses de financiamento, como o Fundo de Apoio Municipal (FAM) e o Banco de Fomento ou o BEI. Rui Solheiro frisou que esta é uma matéria fundamental para as autarquias, que se debatem com problemas na rede viária sem terem acesso ao financiamento necessário para os resolver adequadamente.

Na síntese final desta reunião do Conselho Consultivo, o Secretário-Geral da ANMP mostrou-se ainda preocupado com as perspetivas de futuro para a Europa, defendendo a necessidade de todos continuarem atentos aos desenvolvimentos políticos e empenhados na defesa da Política de Coesão. Sendo certo que, em Portugal, a nova configuração das NUTS II trará desafios adicionais, há cuidados redobrados que os municípios e a própria ANMP terão de acautelar no futuro próximo.



■ O Conselho Consultivo é composto por representantes das Áreas Metropolitanas e das Comunidades Intermunicipais.



■ A sede da ANMP, em Coimbra.

CONSELHO FISCAL EMITIU PARECER FAVORÁVEL AO RELATÓRIO E CONTAS DE 2023 DA ANMP

O Conselho Fiscal da Associação Nacional de Municípios Portugueses (ANMP), presidido pelo presidente da Assembleia Municipal de Borba, Jorge Pinto, reuniu online no dia 2 de maio de 2024.

Nesta reunião, o Conselho Fiscal analisou as rubricas constantes do relatório de contas e, nesse âmbito, também examinou a evolução dos principais agregados de receita e de despesa, bem como outros elementos informativos relevantes para a apreciação da situação financeira e patrimonial da Associação.

Da análise dos referidos elementos, o

Conselho Fiscal sublinhou a preocupação por parte do Conselho Diretivo da ANMP em prosseguir os fins de defesa, afirmação, unidade e dignificação do Poder Local, para os quais foi criada esta Associação, aliada a um empenho na utilização dos recursos financeiros próprios de forma eficiente e racional, assegurada por uma gestão pautada pelo rigor e pela transparência.

Os documentos em análise permitiram, ao Conselho Fiscal, constatar uma coerente afetação de recursos em quadro que possibilitou, no ano de 2023, alcançar um resultado operacional positivo de 203 338,99€, que, após resultado de financiamento positivo no valor de 5 679,86€, contribuiu para o apuramento do resultado líquido do exercício positivo de 209 018,85€.

SECÇÃO DE MUNICÍPIOS PARA OS ODS: COLOCAR AS PESSOAS NO CENTRO DA AGENDA 2030

A Secção de Municípios para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Associação Nacional de Municípios Portugueses (ANMP) realizou, ao longo do ano de 2024, quatro reuniões plenárias, designadamente em Coimbra (9 de abril), em Loulé (14 de junho), Câmara de Lobos, Madeira (20 de setembro) e Vila Nova de Poiares (29 de novembro).

O trabalho desta Secção começou na sede da ANMP, em Coimbra, com o debate do processo de certificação dos municípios e partilha de experiências com contributos dos municípios de Almada, Fundão e Mafra. Nesta primeira reunião, foi também feita a apresentação do Programa SDG Cities e Certificação UM-Habitat por Pedro Mateus das Neves.

A segunda reunião plenária da Secção decorreu em Loulé e foi especialmente dedicada ao funcionamento europeu para a concretização da Agenda 2030. “O alinhamento dos ODS no processo orçamental das autarquias locais” foi o tema apresentado por Miguel Almeida, nesta reunião, em que frisou que “um pouco por todo o mundo, os governos locais têm vindo a reforçar o seu compromisso com a Agenda 2030 através da integração dos ODS nos seus planos e estratégias de desenvolvimento territorial e da reafetação de recursos orçamentais a favor da sustentabilidade”.

A terceira reunião plenária, realizada em Câmara de Lobos, na Madeira, debateu o compromisso deste município com os ODS, numa perspetiva de transição verde e digital, sustentabilidade, bem como de estratégia local de habitação. Neste encontro debateu-se também a arquitetura sustentável e o rumo de sustentabilidade da Região Autónoma da Madeira, especialmente as matérias relacionadas com a Reserva da Biosfera da Ilha de Porto Santo e a relação da sustentabilidade da Região com o Pacto Ecológico Europeu.

A última reunião do ano foi em Vila



■ A Mesa na reunião plenária em Loulé.



■ Miguel Almeida na apresentação em Loulé

Nova de Poiares e centrou-se, especialmente, na importância de colocar as pessoas no centro da Agenda 2030. Este tema desenvolveu-se, na parte da manhã, através da localização dos ODS 1 – Erradicar a pobreza; ODS 2 – Erradicar a fome; ODS 3 – Saúde de Qualidade; ODS 4 – Educa-

ção de qualidade; ODS 5 – Igualdade de Género; ODS 10 – Reduzir Desigualdades; ODS 16 – Paz, Justiça e Instituições Eficazes.

As temáticas da manhã – “As pessoas no centro da Agenda 2030” e “Combate às desigualdades e promoção do bem-estar” – foram apresentadas, designadamente, por



■ O painel da reunião plenária na Madeira.



■ O presidente da CM de Câmara de Lobos Leonel Silva.



■ O presidente da Mesa da Seção e da CM de Loulé, Vítor Aleixo.



■ Os participantes de vários municípios do arquipélago da Madeira.



■ As conferencistas Rosário Mauriti, Raquel Soares, Sandra Araújo e Rosa Oliveira, com os presidentes João Henriques e Vítor Aleixo em Vila Nova de Poiares.

Rosário Mauriti, coordenadora do estudo *Territórios de Bem-Estar* e Raquel Soares, do Programa Operacional Pessoas 2030; e Sandra Araújo, da Estratégia Nacional de Combate à Pobreza, e Rosa Oliveira, da Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género.

O período da tarde foi destinado à partilha de projetos e de boas práticas municipais, havendo apresentações relativas aos municípios de Bragança, Fundão, Loulé, Matosinhos, Pombal, Torres Vedras e Vila Nova de Poiares.



■ Os participantes de vários municípios do continente em Vila Nova de Poiares.



■ Esta reunião plenária decorreu em formato misto – presencial e online.

SECÇÃO DE MUNICÍPIOS COM ENERGIAS RENOVÁVEIS APROVOU FÓRMULA DE REPARTIÇÃO DO IMI

A Secção de Municípios com Energias Renováveis realizou a sua reunião plenária no dia 22 de maio (2024), na sede da Associação Nacional de Municípios Portugueses (ANMP), em Coimbra, para analisar o IMI das barragens, dos parques eólicos e fotovoltaicos partilhados por mais de um município, tendo aprovado a fórmula de repartição do imposto.

A Mesa da Secção, presidida por José Manuel Grilo, também presidente da Câmara Municipal de Portel, tendo em conta o trabalho já desenvolvido pela Secção e os contactos feitos junto da Autoridade Tributária, apresentou uma proposta de chave de repartição do IMI para análise,

discussão e votação.

Esta proposta, para as barragens prevê 50% do valor imputado à barragem e edifícios distribuído equitativamente pelos municípios envolvidos e outros 50% do valor imputado à albufeira distribuído na proporção da área inundada; para os par-

ques eólicos, estipula o valor distribuído na proporção do número de torres eólicas em cada município ou em função da potência instalada; para os parques fotovoltaicos, estabelece que a receita do IMI seja distribuída na proporção da área construída em cada município.



■ A Mesa da Secção de Municípios com Energias Renováveis presidida por José Manuel Grilo, ao centro, junto ao Secretário-Geral da ANMP Rui Solheiro.

Tratando-se de uma proposta já devidamente ponderada, assente numa metodologia simples, fácil de aplicar e justa para todos os territórios envolvidos, após esclarecimento de todas as questões colocadas pelos representantes dos municípios presentes, foram prestados os esclarecimentos necessários, tornando-se evidente a importância da consensualização entre todos

os municípios relativamente à fórmula de repartição do IMI do prédio como um todo.

Colocada a votação a proposta apresentada, que prevê a chave de repartição da receita de IMI nos casos em que as infraestruturas se localizam em mais de um município, foi aprovada por unanimidade por todos os municípios representados nesta reunião plenária.

Neste seguimento, o Conselho Diretivo da ANMP aprovou uma proposta de alterações legislativas com vista à efetiva alteração do Código do IMI quanto aos critérios de avaliação dos centros electroprodutores, mas também para alteração da Lei de Finanças Locais quanto à definição da fórmula de distribuição da receita do IMI pelos municípios envolvidos.



■ Os representantes dos municípios que integram a Secção.

SECÇÃO DE MUNICÍPIOS PARA AÇÃO CLIMÁTICA REALIZOU REUNIÃO PLENÁRIA EM COIMBRA

A Secção de Municípios para a Ação Climática realizou a sua reunião plenária no dia 28 de fevereiro (2024) na sede da Associação Nacional de Municípios Portugueses (ANMP), em Coimbra.



■ Sofia Martins, presidente da Mesa da Secção de Municípios para a Ação Climática e Marta Peneda, Câmara Municipal da Maia.

Sofia Ferreira, presidente da Mesa e vereadora da Câmara Municipal de Guimarães presidiu aos trabalhos relativos aos temas que relevam para os municípios em matéria de Ação Climática.

Entre os temas debatidos constaram os relativos a "Municípios, Persu2030 e a Economia Circular", "Resíduos e Economia Circular", "Passos para a elaboração de Planos Municipais de Ação Climática e Planos de Ação para a Energia Sustentável e o Clima", "Planos Municipais de Ação Climática – adaptação e mitigação" e ainda "Pacto de Autarcas para o Clima e a Energia: A vantagem de aderir".



■ Os participantes de vários municípios do continente.

PRÉMIO ANMP DE JORNALISMO E PODER LOCAL DISTINGUE IMPRENSA, TELEVISÃO E FOTOJORNALISMO

O Prémio ANMP de Jornalismo e Poder Local 2024 foi entregue aos jornalistas premiados nas categorias de Imprensa, Televisão e Fotojornalismo numa sessão realizada no dia 2 de julho (2024), na sede da Associação, em Coimbra e presidida pela presidente Luísa Salgueiro.



■ Os premiados com os membros do Conselho Diretivo, os representantes do Júri e dos patrocinadores.

IMPRENSA

Na categoria de Imprensa, Luísa Pinto recebeu o 1.º Prémio com uma reportagem intitulada “Bamos a poner la lhén-gua de fuora – Se nada for feito a língua mirandesa desaparece por volta de 206”, publicada no jornal Público, e Nélia Pedrosa foi distinguida com uma Menção Honrosa por uma reportagem intitulada “Famílias”, publicada pelo Diário do Alentejo.

TELEVISÃO

Na categoria de Televisão, Nuno Guedes, venceu o 1.º Prémio e a Menção Honrosa, com duas reportagens emitidas pela TVI, intituladas, respetivamente, “A última fronteira fechada da União Europeia” e “A

lei do abacate”. Nuno Guedes dedicou o prémio ao sonoplasta da TSF Pedro Picoto, recentemente falecido.

FOTOJORNALISMO

Na categoria de Fotojornalismo, Sérgio Azenha foi distinguido com o 1.º Prémio, por uma reportagem sobre as “Jornadas Mundiais da Juventude”, um conjunto diversificado de fotografias publicado pelo jornal Público.

RÁDIO

Na categoria de Rádio, nesta edição, o júri decidiu não atribuir prémio em virtude de não se terem apresentado a concurso reportagens relativas ao Poder Local, confor-

me determina o Regulamento do Prémio ANMP de Jornalismo e Poder Local. Isabel Vargues, professora universitária, em representação do Júri, salientou a importância de os jornalistas apresentarem a concurso reportagens em que se verifica que contam bem uma história.

PATROCINADORES

O Prémio vai na sua 10.ª edição e este ano teve como patrocinadores a Lusitania, nas Menções Honrosas, e a Acin GOV, nos 1.ºs Prémios, apoios que a presidente da ANMP, na sua intervenção, agradeceu a ambas as empresas. Luísa Salgueiro frisou a importância do jornalismo de proximidade e de qualidade para a democracia.



■ A jornalista Luísa Pinto recebeu o prêmio das mãos de Isabel Vargues.



■ A jornalista Nélia Pedrosa e Ricardo Zambujo receberam o prêmio entregue por Sandra Lacerda, da Lusitania.



■ O fotojornalista Sérgio Azenha recebeu o prêmio entregue por José Luís Sousa, da ACINGov.



■ O jornalista Nuno Guedes recebeu o prêmio entregue por Ribau Esteves.



■ A Mesa na entrega do Prêmio. Da esquerda para a direita: Isabel Vargues (do Júri) Ribau Esteves (vice-presidente da ANMP), Luísa Salgueiro (presidente da ANMP), José Luís Sousa, da ACIN GOV, e Sandra Lacerda da Lusitania.



■ O jornalista Nuno Guedes, duplamente premiado, recebeu o prêmio entregue por Luísa Salgueiro.



■ Os membros do Conselho Diretivo acompanharam a entrega do prêmio.

PRESIDENTE DA ANMP NA ABERTURA DO ANO LETIVO

A presidente da Associação Nacional de Municípios Portugueses (ANMP) participou, no dia 12 de setembro (2024), a convite do Governo, na cerimónia de abertura do ano letivo que se realizou na Escola Secundária Alves Martins, em Viseu. Nesta ocasião, Luísa Salgueiro disse que “este é um ano letivo em que o papel dos municípios tem um particular relevo”, enquanto responsáveis pelas novas competências que lhes foram transferidas.

“Foram transferidas 996 escolas, 3.552 edifícios e temos a nosso cargo, só no pessoal não docente, 42.500 pessoas. Só estes números representam bem o significado que os municípios têm na gestão da política educativa no país”, evidenciou a dirigente da ANMP, acrescentando que estamos perante “um grande avanço” e “muito já foi feito”, havendo ainda muito em curso.

“É um grande pacote de investimento, onde faltam ainda 1.700 milhões de euros que requerem a aprovação”, lembrou Luísa Salgueiro, frisando que “as escolas precisam ainda de ser reabilitadas”, mas deixando uma mensagem “de compromisso e de empenho” da ANMP com as políticas que o país precisa de prosseguir para que exemplos de escolas como a Alves Martins, de Viseu, possam ser multiplicados.

“O caminho não tem retorno e importa ainda aprofundá-lo”, concluiu a presidente da ANMP, no dia em que cerca de 1,3 milhões de estudantes do 1.º ano ao 12.º ano começaram as aulas de mais um ano letivo.



■ A presidente Luísa Salgueiro na abertura nacional do ano letivo 2024-2025.

DISTRIBUIÇÃO DE ELETRICIDADE EM BAIXA TENSÃO

ANMP REIVINDICA LANÇAMENTO DOS PROCEDIMENTOS CONCURSAIS

A Associação Nacional de Municípios Portugueses reivindica do Governo a abertura urgente dos procedimentos concursais para a distribuição de eletricidade em baixa tensão - Concessões municipais. O processo tem-se arrastado no tempo, com prejuízo para os municípios e os consumidores, como evidenciamos seguidamente.

Por instância da ANMP foi oportunamente publicada a Lei n.º 31/2017, de 31 de maio, que aprova os princípios e regras gerais relativos à organização dos procedimentos de concurso público para atribuição, por contrato, de concessões destinadas ao exercício em exclusivo da exploração das redes municipais de distribuição de eletricidade de baixa tensão.

Desde aí, a Associação Nacional de Municípios Portugueses (ANMP) foi alertando os sucessivos Governos para a necessidade de ser elaborada legislação complementar que congregasse as regras para o lançamento dos concursos de concessão da distribuição de energia em baixa tensão.

Foram, desde essa altura, publicados diversos atos regulamentares definindo o programa das ações e dos estudos a desenvolver e dos diversos atos a aprovar e respetivos prazos. Todos eles foram ultrapassados, sem que os municípios dispusessem de condições para uma ponderação definitiva da tomada de decisões.

Com o passar do tempo e face à cessação dos contratos de concessão da maioria dos municípios, os contratos de concessão então em vigor tiveram de ser prorrogados no tempo, tendo a ANMP e a E-REDES acordado determinadas regras para a prorrogação de tais contratos.

Já em 2024 foi publicada outra Resolução do Conselho de Ministros (n.º 27/2024, de 23 de fevereiro), que estabelece os princípios e a calendarização para a atribuição de concessões municipais de distribuição de energia elétrica em baixa tensão. Esta Resolução foi, entretanto, alte-



rada pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 122/2024, de 02/09, procedendo a mesma à revogação do calendário/cronograma anteriormente aprovado e criando uma Comissão de Coordenação para a Baixa Tensão (CCBT), que tem por missão apresentar ao Governo uma nova proposta de calendarização e de linhas orientadoras para o procedimento concorrencial de atribuição das concessões municipais.

Neste momento, aguarda-se a definição, pelo Governo, dos próximos passos a encetar, reiterando a ANMP a urgência de que se reveste este processo. Com efeito, sendo o procedimento de atribuição das concessões complexo, pois é necessário articular um conjunto de múltiplos aspetos relativamente a um número de municípios

que poderá ascender a 278, nada justifica o atraso deste processo. Devem lançar-se os procedimentos concursais rapidamente.

O setor da energia tem uma relevância extraordinária para os municípios, sendo essencial para o desenvolvimento do país, face ao objetivo fundamental que temos de alcançar que é o de mitigar o impacto cada vez mais acentuado das alterações climáticas. O *Roteiro para a Neutralidade Carbónica* (RNC2050) estabelece objetivos precisos para a descarbonização, também no setor elétrico, com o abandono a prazo dos combustíveis fósseis para a produção de eletricidade e o aumento da capacidade instalada a partir de fontes de energia renovável.

Ora, a distribuição de energia elétrica em baixa tensão, que é uma atribuição municipal, é uma atividade muito relevante para que se prossiga este desiderato. O lançamento das concessões municipais constitui-se em instrumento ímpar para que, neste momento, se proceda à preparação definitiva das redes elétricas para os novos desafios que temos pela frente, propiciando que estas possam acomodar novos serviços, desde logo aqueles que são essenciais ao desenvolvimento da mobilidade elétrica e para a disponibilização de sinergias para recolha de outros dados que alimentem novos serviços das Smart Cities (recolha de informação de trânsito, identificação de lugares de estacionamento, recolha de resíduos sólidos urbanos, entre outras). Ficar tudo como está, durante mais tempo, prejudica os municípios e os consumidores.

MUNICÍPIOS ESTÃO 'A LUTAR CONTRA O TEMPO' PARA CONSTRUIREM E REABILITAREM HABITAÇÕES

Os municípios estão “a lutar contra o tempo” para executarem os fundos europeus para construir e reabilitarem habitações, missão que será “possível, nalguns casos, noutros não será”, considerou a presidente da Associação Nacional de Municípios Portugueses (ANMP), Luísa Salgueiro no final da cerimónia de assinatura dos acordos para construção de habitação, entre o Governo e 18 autarquias, realizada em 22 de julho (2024), em Lisboa.

A autarca disse então acreditar que “um grande volume” de autarquias “irá conseguir” executar o Programa de Apoio ao Acesso à Habitação, financiado pelo Plano de Recuperação e Resiliência (PRR), no âmbito do qual Portugal assumiu o compromisso de construir ou reabilitar 26 mil habitações até junho de 2026, mas “só com um grande esforço por parte dos autarcas é que isso será possível”.

No caso de não conseguirem cumprir a meta definida, “os municípios terão de informar que não têm condições para executar o investimento”, explicou, acrescentando que, nessa situação, as verbas que estão previstas para habitação poderão, “eventualmente”, ser desviadas para “outro fim em que haja défice, mas que também necessariamente requeira pouco tempo de execução, porque é mesmo a dificuldade de cumprir prazos que está em causa”.

A presidente da ANMP confirmou a dificuldade em “encontrar não só empresas de construção, mas também para elaboração de projetos” assinalando as exigências europeias, nomeadamente em termos de eficiência energética. “Admito que nalgumas zonas do país possa acontecer essa escassez de empresas para responderem ao volume enorme de concursos que temos a decorrer”, disse, embora diga que



■ A habitação é uma necessidade crescente.

D.R.

“um vasto leque” de construtoras está a responder aos concursos.

No quadro da estratégia do Governo para a habitação, que teve o início em junho, o Governo introduziu termos de responsabilidade e aceitação pelos municípios, que permitem às câmaras avançarem na construção ou reabilitação de habitações

destinadas às famílias mais vulneráveis. Luísa Salgueiro sublinhou que a proposta de termo de responsabilidade “foi assinada pela generalidade dos municípios” e validada pela ANMP precisamente para agilizar todos os procedimentos envolvidos neste processo, de modo a se concretizar o objetivo maior: construir habitação para todos.

ANMP APOIA ATUALIZAÇÃO DOS VALORES DAS CONTRAPARTIDAS FINANCEIRAS PELA RECOLHA E TRATAMENTO DE EMBALAGENS



D.R.

■ A ANMP entende que não podem ser os municípios a suportar os custos da responsabilidade dos produtores de embalagens.

A Associação Nacional de Municípios Portugueses (ANMP) considerou, a 13 de novembro (2024), em nota enviada aos órgãos de comunicação social, muito importante a publicação do Despacho n.º 12876/A/2024 pelo Governo por considerar que apesar de ainda não suportar os custos reais da recolha seletiva e tratamento de resíduos de embalagens, pelo menos corrige a situação a partir de 1 de janeiro de 2025.

Este Despacho governamental aprova o modelo de cálculo e determina os valores das contrapartidas a serem pagas pela recolha seletiva de resíduos de embalagens e triagem, ou apenas pela triagem, corrigindo uma grande parte do problema.

Os valores agora adotados vêm ao encontro das legítimas reivindicações, ampla e reiteradamente defendidas pela ANMP e também pelos municípios, pelos Sistemas de Gestão de Resíduos Urbanos (SGRU), pela ESGRA – Associação para a Gestão de Resíduos e pela EGF – grupo que trata e valoriza os resíduos de 174 municípios. Para além de corresponderem aos valores que resultam de um estudo contratado pela APA, em 2023, atualizados com a inflação.

A ANMP recorda que os valores em causa não são atualizados há oito anos, dado que estão congelados desde 2016, apesar de todas as reivindicações da Associação e dos municípios em geral que, em cada ano,

perderam valores na ordem dos milhões de euros. Portanto, os termos deste Despacho assentam em pressupostos fundamentais que estabelecem a obrigatoriedade de pagamento de valores mais próximos dos custos efetivos da recolha e tratamento das embalagens colocadas no mercado.

Em síntese, entendemos que não podem ser os municípios e o erário público a continuarem a suportar custos que devem ser da responsabilidade dos produtores de embalagens. Só assim Portugal se poderá aproximar das metas previstas neste setor. É, por isso, fundamental a entrada em vigor a 1 de janeiro próximo deste Despacho governamental.



■ Os representantes dos bombeiros com os membros do Conselho Diretivo presidido por Luísa Salgueiro.

ANMP RECEBEU DELEGAÇÃO DE BOMBEIROS SAPADORES

A ANMP recebeu, no dia 15 de outubro (2024) uma delegação representativa dos bombeiros sapadores que se reuniram numa vigília junto à sede da Associação, em Coimbra, no âmbito da luta nacional destes bombeiros.

Em representação destes bombeiros, Jaime Correia, José Antunes e Hélio Ferreira, apresentaram as reivindicações dos bombeiros sapadores, como a carreira, a remuneração e os riscos para a saúde pessoal.

Pela ANMP, a Presidente Luísa Salgueiro e os membros do Conselho Diretivo, presidentes Marco Martins, Rogério Bacalhau e Fernando Queiroga, e o Secretário-Geral Rui Solheiro, asseguraram que as preocupações dos sapadores são também as da Associação.

Luísa Salgueiro referiu que as reivindicações dos bombeiros sapadores correspondem às propostas da ANMP que cons-



■ O Conselho Diretivo recebeu a delegação dos bombeiros no auditório.

tam de um projeto de reforma entregue ao Governo numa reunião em junho passado.

A ANMP ainda deixou a garantia que

se vai empenhar em todas as negociações políticas para alcançar as medidas necessárias para o setor.

ANMP RECEBEU PRESIDENTE DA CÂMARA DE COMÉRCIO E INDÚSTRIA DO RIO DE JANEIRO



■ A presidente da ANMP, Luísa Salgueiro, e o Secretário-Geral Rui Solheiro receberam o presidente da Câmara Portuguesa de Comércio e Indústria do Rio de Janeiro, António Montenegro Fiúza.

A presidente da ANMP, Luísa Salgueiro, recebeu, no dia 20 de fevereiro (2024), na sede da Associação, em Coimbra, o presidente da Câmara Portuguesa de Comércio e Indústria do Rio de Janeiro, António Montenegro Fiúza.

O presidente desta instituição de utilidade pública, que já conta com 112 anos de história, apresentou o trabalho que a Câmara Portuguesa de Comércio e Indústria do Rio de Janeiro desenvolve, sublinhando que os seus associados são empresas brasileiras (60%) e portuguesas (40%).

Entre as iniciativas mais próximas, António Montenegro Fiúza referiu um evento a realizar, em abril, com a participação de municípios portugueses, para os quais gostaria de ajudar a criar oportunidades de atração de investimento e talento.

Pela ANMP, enquanto representante dos municípios, a presidente Luísa Salgueiro mostrou disponibilidade para divulgar o evento junto dos municípios portugueses e acompanhar futuras iniciativas que promovam os interesses municipais.



ANMP ASSOCIOU-SE A CAMPANHA DA ONU E UNICEF UMA JANELA BRANCA PELA PAZ

No Dia Internacional da Paz, assinalado a 21 de setembro (2024), as Nações Unidas e a UNICEF Portugal uniram-se na iniciativa #JanelaBrancaPelaPaz e a Associação Nacional de Municípios Portugueses associou-se a essa iniciativa.

Desafiando todas as pessoas e entidades a decorarem, nesse dia, a sua janela com uma peça branca para evocar a importância da Paz e mostrar solidariedade com quem vive em situação de guerra ou de conflito, a ONU e a UNICEF receberam o acolhimento da ANMP e muitos dos mu-

nícípios portugueses.

Este movimento #JanelaBrancaPelaPaz visou unir as pessoas em torno de um símbolo universal de esperança e de solidariedade: a bandeira branca. Por isso, no dia 21 de setembro, o poder da Paz também esteve na janela da ANMP, na sede, em Coimbra.

A iniciativa pretendeu ainda criar uma corrente online de solidariedade, pelo que os participantes nesta iniciativa puderam partilhar fotografias ou vídeos da sua Janela Branca Pela Paz, identificando a conta do Instagram da @JanelaBrancaPelaPaz e o hashtag #JanelaBrancaPelaPaz.



■ A ANMP juntou-se à ONU e à UNESCO na campanha janela branca pela paz.

ANMP EMPENHADA NA COOPERAÇÃO COM AUTORIDADES MUNICIPAIS DE TIMOR-LESTE

A Presidente da ANMP Luísa Salgueiro e o Secretário-Geral Rui Solheiro receberam, no dia 4 de outubro (2024), uma Delegação de Timor-Leste composta por representantes do Governo timorense e autoridades municipais deste país.

Este encontro permitiu a partilha de perspetivas sobre a necessidade de cooperação entre a ANMP e as autoridades municipais de Timor-Leste, especialmente em áreas como a inovação, educação, descentralização, turismo, formação e capacitação de quadros técnicos e intercâmbio de técnicos municipais.

A ANMP afirmou-se totalmente disponível e fortemente empenhada em apoiar as autoridades municipais de Timor-Leste nestas e noutras matérias em que a experiência dos municípios portugueses possa ser útil aos municípios deste país.



■ A presidente da ANMP Luísa Salgueiro e o Secretário-Geral Rui Solheiro receberam uma delegação de Timor-Leste.

A Delegação de Timor-Leste, chefiada pelo Vice-Ministro da Administração Estatal Jacinto Rigoberto Gomes, integrou também o Secretário de Estado da Toponímia e Organização Urbana Ger-

mano Dias, bem como as autoridades municipais de Aileu (João Bosco dos Santos), de Liquiça (Paulino Ribeiro), de Dili (Gregório Saldanha) e Ermera (José Martinho Soares).



■ A delegação de Timor-Leste.



ANMP SATISFEITA COM RELATÓRIO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

A Associação Nacional de Municípios Portugueses (ANMP) congratula-se com o resultado do Relatório das Políticas Públicas – Inquérito sobre a Justiça que revela que as Câmaras Municipais são as instituições políticas que melhor funcionam em Portugal.

De acordo com os dados deste estudo, realizado pelo IPPS-Iscte, a maioria das pessoas inquiridas consideram que as câmaras municipais, a par com as polícias e as forças armadas, são as instituições que funcionam melhor no nosso país, contrariamente ao que acontece com o Parlamento, o Governo e a Administração Pública.

O Poder Local democrático, uma das grandes conquistas do 25 de Abril, tem mantido, em vários estudos e de forma consistente, uma avaliação positiva dos portugueses. Os municípios, pela sua natureza de grande participação dos cidadãos nos processos de tomada de decisão, são cada vez mais um pilar da nossa Democracia.

Para a ANMP, esta nota positiva que os

cidadãos residentes em Portugal atribuem aos municípios é um estímulo muito importante para a continuação do trabalho de proximidade prestado às populações todos os dias, para a reivindicação do aprofundamento da descentralização de competências para os municípios e freguesias e para o contínuo aperfeiçoamento da qualidade dos serviços públicos municipais.

ESTUDO REALIZADO PELA PITAGÓRICA PARA A ANMP

90% DOS PORTUGUESES CONSIDERAM AUTARQUIAS E AUTARCAS IMPORTANTES PILARES DA DEMOCRACIA

Num mundo onde as tendências de afastamento dos jovens da política e o crescimento do populismo ameaçam a solidez das democracias, o recente estudo da Associação Nacional de Municípios Portugueses (ANMP) evidencia que **para cerca de 90% dos portugueses, as autarquias e os autarcas assumem um papel fundamental como alicerces da confiança pública e do envolvimento cívico e enquanto pilares da democracia.**

O estudo sublinha que 73% dos portugueses atribuem importância à política e que esta proporção sobe para 81% entre os jovens de 25 a 34 anos, um sinal promissor do potencial de engajamento cívico desta faixa etária. Contudo, as preocupações emergentes—como a acessibilidade à habitação, a estabilidade no emprego e a

saúde mental—enumeradas pelos jovens, exigem respostas rápidas e eficazes por parte das autarquias.

Para enfrentar esses desafios, as autarquias têm a oportunidade de se posicionarem como agentes pedagógicos, explicando melhor o funcionamento do poder local e

demonstrando que as suas decisões têm impacto direto e positivo no bem-estar das comunidades. Com 55% dos portugueses afirmando conhecer o funcionamento das autarquias, há um espaço claro para melhorar e expandir este conhecimento, sobretudo entre os mais jovens.



É imperativo que as autarquias não só informem, mas também interajam ativamente com a juventude, utilizando plataformas digitais como Instagram e Facebook para promover um diálogo contínuo e construtivo. Aqui, o objetivo é não apenas comunicar, mas também escutar, compreendendo as legítimas preocupações dos jovens e ajustando políticas para atender às suas necessidades.

Os resultados evidenciam ainda um dado crucial: apesar da crise de confiança na política, os autarcas continuam a ser os responsáveis em quem os cidadãos mais confiam. Apenas 30% dos portugueses manifestam pouca ou nenhuma confiança nos autarcas, uma percentagem consideravelmente mais baixa do que a desconfiança expressa em relação ao Governo da República (34%) e aos deputados (41%). Estes números reforçam a posição central dos autarcas enquanto líderes de proximidade no panorama político nacional.

Este estudo não reflete apenas a importância das autarquias como fontes de confiança e mudança, mas também convoca um reforço do compromisso com uma democracia inclusiva e verdadeiramente representativa. **Ao valorizar e fortalecer o papel dos autarcas, reafirmamos o poder local como um alicerce essencial para o rejuvenescimento e revitalização democrática do país.**

Este estudo foi realizado pela Pitagórica para a Associação Nacional de Municípios Portugueses em outubro e novembro de 2024. O universo alvo é composto por indivíduos com 15 ou mais anos. Foi utilizada uma amostragem mista, estratificada por distrito, género e idade. O estudo quantitativo foi efetuado com recurso a duas metodologias: Até aos 34 anos, entrevistas web através do sistema CAWI; depois dos 34 anos, entrevistas telefónicas com o sistema CATI. A amostra obtida é de 1250 indivíduos. Para um grau de confiança de 95,5%, a dimensão desta amostra representa uma margem de erro de $\pm 2,83\%$.



PARA 73% DOS PORTUGUESES POLÍTICA É IMPORTANTE

1 - Os portugueses sabem que a política é importante

a. Para 73% dos portugueses com 15 e mais anos a política tem toda/muita/alguma importância na sua vida.

Apenas 27% não valoriza a política.
b. Destaque para os inquiridos com idade entre os 25 e 34 anos onde este valor é de 81%.



D.R.

2 - A política interessa e os mais novos são os mais interessados

- a. 74% Possuem interesse na política
- b. E são novamente os mais novos, em particular os que possuem entre 25 e 34 anos os que manifestam mais interesse na política com um registo de 85%.

POLÍTICA LOCAL INTERESSA MAIS QUE A INTERNACIONAL

3 - A política local interessa mais que a internacional e a europeia.

Quando questionados sobre que temas políticos mais interessam praticamente metade dos portugueses respondem política nacional (47%) contudo a política local ou municipal surge logo em segundo lugar com (14%) das respostas. No entanto entre os mais jovens (15 aos 24 anos) a Política europeia (15%) interessa mais que a local (13%), convidando os municípios a despertar mais o interesse junto destes jovens.

4 - Para os Jovens Parlamento e Autarquias tiveram um maior papel na evolução de Portugal.

Quando os portugueses são convidados a escolher o órgão de soberania que nos últimos 50 anos de democracia deu o maior contributo para a evolução de Portugal, a resposta maioritária é que todos os órgãos contribuíram da mesma forma. No entanto se olharmos para as respostas dos mais novos verificamos que estes valorizam mais o papel da Assembleia da República em primeiro lugar logo seguido do papel das Autarquias.



D.R.



PORTUGUESES CONFIAM MAIS NOS AUTARCAS QUE NO GOVERNO

5 - Confiamos mais nos autarcas que no Governo da República e nos deputados. Quando instigados a avaliar várias categorias institucionais, Autarcas das freguesias a par dos presidentes de Câmara, são aqueles que menos rejeição suscitam. Apenas 30% dos portugueses dizem não ter nenhuma ou pouca confiança neles. O Governo da República e os deputados não suscitam confiança junto

dos portugueses para 34% e 41% respetivamente.

6 - 55% dos portugueses afirmam conhecer a forma de funcionamento das autarquias. Os mais jovens acreditam que possuem um conhecimento mais profundo, mas em termos globais é junto dos mais velhos (58%) que se encontra um maior número de portugueses a afirmar que co-

nhecem o funcionamento das autarquias.

7 - Só uma pequena minoria (4%) não reconhece a importância das autarquias. Os portugueses reconhecem o papel das autarquias no Bom Funcionamento do País (90%) e não há dúvidas sobre o papel das autarquias no bem-estar das populações (91%) na modernização do país (89%) e enquanto pilar da democracia (88%).

JOVENS QUEREM INVESTIMENTO EM EDUCAÇÃO, TRABALHO E HABITAÇÃO

8 - As opiniões sobre quais devem ser as prioridades de investimento das autarquias para os jovens muda, dependendo da idade.

Portugueses com 35 e mais anos de idade pensam que as autarquias deviam investir em melhor educação (56%), dinamização do mercado de trabalho (54%) e casas a preços acessíveis (53%). Já os mais novos consideram que os investimentos das autarquias para a sua geração devem ter como principal prioridade a aposta em casas a preços acessíveis (59%), em segundo lugar surge a dinamização do mercado de trabalho (49%) e em terceiro lugar a aposta em saúde e bem-estar (41%), que curiosamente entre os mais velhos surgia em 4.º lugar com apenas 27%. Já a educação que era o primeiro destino do investimento para os mais velhos surge em 5.º lugar juntos dos mais novos com 26%. Em sentido contrário os transportes públicos surgem em 4.º lugar (30%) no destino de investimento para os mais novos e em 7.º lugar (12%) quando são os mais velhos a decidir onde se deve investir para os jovens.

9 - Questionamos os portugueses sobre quais são os maiores medos dos jovens.

Uma vez mais os com mais de 35 anos e os que possuem menos de 35 anos olham para o mundo de forma diferente. Os mais novos elegem como o maior medo:



D.R.

não conseguir comprar casa, segue-se o medo em não encontrar um emprego estável, e em sequência ter de sair do país, a instabilidade política ou saúde mental como medos com diferentes intensidades, mas que estão na mente dos mais jovens. Os mais velhos trocam os dois primeiros medos, surgem em primeiro lugar o medo de não encontrar um emprego estável logo seguido do medo de não conseguir comprar casa. Daqui em diante surgem outros medos, mas com diferenças percentuais muito diferentes das registadas junto dos mais jovens. Enquanto o medo de ter de abandonar o país é em termos médios de 18% nos mais velhos, é de 42% nos mais novos. O medo de instabilidade política é

nos mais velhos de 16% e nos mais novos é o dobro - 32%. E na saúde mental é referido em termos médios por 12% dos mais velhos e por 36% dos mais novos.

10 - As ambições dos jovens - Aqui existe maior proximidade entre a opinião dos mais novos e dos mais velhos sobre quais são as maiores ambições dos jovens. Em primeiro lugar para ambos a estabilidade financeira, em segundo lugar uma ligeira diferença entre os mais novos a aquisição de casa própria surge em 2.º lugar enquanto na opinião dos mais velhos os a carreira de sucesso surge em 2.º lugar, mas a curta distância do 3.º lugar que é a ambição da casa própria.

61% DOS PORTUGUESES RECONHECE IMPORTÂNCIA DA ANMP

11 - Redes sociais ideais para comunicar com os jovens

- Os mais novos convergem que o Instagram deve ser o principal canal (45% dos jovens), contudo existem diferenças de opinião entre os mais novos 15 aos 24 anos que escolhem como 2.ª rede o X(Twitter) com 22% das escolhas e o TikTok como 3.ª rede social com 14% das escolhas. Entre os que possuem 25 e 34

anos de idade, a segunda rede é o Facebook com 21% e em 3.º lugar o X (Twitter) com 12% das escolhas.

12 - Para 36 % dos portugueses existe uma associação que representa os municípios, sendo esse valor de 47% junto dos que possuem 55 e mais anos de idade.

13 - Quando avaliada a importância de uma Associação que representa os municípios

, uma larga maioria 61% reconhece a sua importância destaque para os mais velhos, mas acompanhados neste tema de perto pelos mais novos.

ANMP ASSINOU PROTOCOLOS

COM O MECANISMO NACIONAL ANTICORRUPÇÃO

A Associação Nacional de Municípios Portugueses (ANMP), representada por Luísa Salgueiro, assinou um protocolo de cooperação com o Mecanismo Nacional Anticorrupção (MENAC), representado por António Henriques da Graça, no dia 17 de dezembro (2024), na sede da Associação, em Coimbra, com o objetivo de apoiar os municípios na adoção de medidas destinadas a fomentar a transparência, a integridade e a prevenção da corrupção e infrações conexas.

Entre estas medidas contam-se a concretização da efetividade do Regime geral da prevenção da corrupção (RGPC) e do Regime geral de proteção de denunciantes de infrações (RGPDI), designadamente através do desenvolvimento de iniciativas conjuntas de formação/capacitação, em articulação com a Fundação FEFAL.

Mas também a divulgação de recomendações e boas práticas associadas à implementação do RGPC e do RGPDI; da Plataforma RGPC junto dos municípios portugueses; a colaboração na execução do programa do mês anticorrupção; e o enquadramento da participação da ANMP no Conselho Consultivo do MENAC, sempre que sejam tratadas matérias com relevância para os municípios.

Assim como a participação em eventos, workshops de sensibilização e outras atividades e ações promovidas pelas partes, que se enquadrem no domínio do objeto do presente protocolo; a participação na conceção de uma coleção de suporte à implementação do "Regime Geral da Prevenção da Corrupção" constituída pelos guias: para a elaboração de Plano de Prevenção da Corrupção e infrações conexas; para a conceção de Códigos de Ética e de Conduta; e para a implementação do Canal de Denúncia.



■ O presidente do MENAC e a presidente da ANMP assinando o protocolo



■ O protocolo entrou em vigor no dia da assinatura

Portanto, trata-se de um protocolo fundamental num tempo em que se tem assistido a um crescimento acentuado da regulamentação europeia e nacional destinada à prevenção e ao combate à corrupção, bem como se tem tomado, cada vez mais, consciência da necessidade de consciencialização das entidades públi-

cas, das empresas, e dos cidadãos para a adoção de práticas seguras e preventivas do fenómeno da corrupção. Sendo os municípios agentes de desenvolvimento dos territórios, assumindo uma forte relevância no planeamento e na concretização das políticas públicas em vários domínios, este protocolo será um instrumento útil.

COM A ASSOCIAÇÃO ITALIANA PARA O CONSELHO DE MUNICÍPIOS E REGIÕES DA EUROPA



■ Os representantes das associações que, conjuntamente, com a ANMP, assinaram o protocolo de cooperação.

A Associação Nacional de Municípios Portugueses assinou, no dia 27 de novembro (2024), com a Associação Italiana para o Conselho de Municípios e Regiões da Europa (AICCRE), em Palermo, Itália, um protocolo de colaboração assente no reconhecimento de que a cooperação descentralizada é um instrumento para a melhoria das comunidades locais, partilha de boas práticas e construção de estratégias e projetos comuns.

São objetivos deste protocolo assinado, por parte da ANMP, pelo Vice-Presidente Rui Santos, e pela AICCRE pela Presidente Milena Bertani, o reforço da representação das autoridades locais italianas e portuguesas, tanto a nível nacional como internacional; a promoção da troca de experiências e da partilha de boas práticas entre municípios italianos e municípios portugueses; e a dinamização da cooperação descentralizada através de iniciativas conjuntas.

Para alcançar estes objetivos, a AICCRE e a ANMP comprometem-se organizar conferências, seminários e workshops



■ Rui Santos, vice-presidente da ANMP, ao centro na foto

sobre temas de interesse comum, a realizar projetos conjuntos nos setores de governança local, desenvolvimento sustentável, inovação e smart cities; bem como a dinamizar programas de formação e intercâmbio para os recursos humanos das autoridades

loais, assim como projetos específicos de cooperação descentralizada em vários domínios, como os desafios ambientais comuns, o intercâmbio cultural, o diálogo entre comunidades locais, a coesão social e a inclusão.

D.R.

D.R.

COM A ESCOLA NACIONAL DE SAÚDE PÚBLICA

A Associação Nacional de Municípios Portugueses assinou, no dia 24 de outubro (2024), com a Escola Nacional de Saúde Pública da Universidade Nova de Lisboa para a promoção e divulgação da formação pós-graduada em gestão autárquica na saúde, concretizando o constante na cláusula 4.ª do acordo prévio celebrado entre as duas entidades.



No âmbito deste protocolo, a ANMP colaborará na dinamização e promoção da formação pós-graduada em gestão autárquica na saúde junto dos seus associados e divulgará o conteúdo da formação e a sua adequação às atividades dos municípios. A ENSP-Nova fará a gestão da referida formação e suportará os encargos e proveitos resultantes da mesma.

COM A CONFAGRI

A Associação Nacional de Municípios Portugueses assinou, no dia 6 de fevereiro (2024), com a Confederação Nacional das Cooperativas Agrícolas e do Crédito Agrícola de Portugal (CONFAGRI), um protocolo de cooperação com a finalidade de contribuir para o desenvolvimento equilibrado do setor cooperativo, em especial no domínio da agricultura.

Outro dos objetivos deste protocolo é a sensibilização da população em geral para a importância do setor cooperativo agrícola e dos produtos locais, assim como a necessidade de envolver as entidades públicas e privadas no desenvolvimento



da área cooperativa através de ações que evidenciem a sua cultura de importância social, económica e ambiental.

Este protocolo visa também disponibilizar apoio técnico e coordenação necessária à implementação de uma rede de esclare-

cimentos e informações que possam ser prestadas pelo setor cooperativo agrícola, nomeadamente no que se refere à qualidade dos alimentos.

Para que este protocolo se concretize cabe à CONFAGRI atuar como ponto de contacto junto da ANMP em representação dos seus associados, bem como realizar ações de promoção e esclarecimento junto dos associados da ANMP. À ANMP compete sensibilizar os seus associados para o conteúdo deste protocolo, assim como prestar informações às autarquias sobre os locais onde poderão encontrar a informação relativa ao setor cooperativo.

COM A ADENE

A Associação Nacional de Municípios Portugueses assinou, com a ADENE - Agência para a Energia um protocolo de colaboração que tem por objeto estabelecer os termos e condições da relação de cooperação e colaboração no desenvolvimento, teste e implementação dos Espaços Cidadão Energia (ECE) previstos na reforma RP - C21-r44 do plano de recuperação e resiliência.

No âmbito deste protocolo, compete à ADENE coordenar a implementação dos ECE - balcões únicos para os cidadãos



em matéria de eficiência energética, assim como a operacionalização do trabalho destes balcões no território com colaboração e envolvimento de parceiros e agentes lo-

cais e ainda a organização e realização de ações de informação e sensibilização dos potenciais utilizadores destes balcões, bem como a capacitação e formação dos agentes locais para operacionalização dos ECE.

À ANMP cabe colaborar com a ADENE na prossecução dos objetivos deste protocolo, nomeadamente participando nas iniciativas organizadas pela Agência, promovendo o envolvimento das entidades com quem se relacione e colaborando na preparação e divulgação de materiais de informação dirigidos aos potenciais utilizadores.

ANMP ASSOCIOU-SE A LUTO NACIONAL PELAS VÍTIMAS DOS INCÊNDIOS FLORESTAIS

A Associação Nacional de Municípios Portugueses (ANMP) associou-se, a 20 de setembro (2024) ao luto nacional decretado pelo Governo, em articulação com o Presidente da República Marcelo Rebelo de Sousa, para expressar “profundo pesar e solidariedade para com as

vítimas trágicas” dos incêndios florestais.

A Associação, que representa os municípios portugueses junto dos órgãos de soberania, reforçou o seu pesar pelas perdas humanas e a sua solidariedade para com todas as autarquias e populações atingidas pelos efeitos nefastos destes incêndios.

A ANMP frisou ainda, mais uma vez, o seu reconhecimento por todos os bombeiros e demais agentes de Proteção Civil envolvidos neste combate sem tréguas aos incêndios que devastaram o nosso país durante esta semana de setembro.



FUNDAÇÃO FEFAL AO SERVIÇO DA FORMAÇÃO PARA AS AUTARQUIAS



■ A FEFAL funciona na Rua do Brasil, 130, em Coimbra e está ao serviço dos eleitos locais e dos funcionários autárquicos.

A Fundação FEFAL - Fundação para os Estudos e Formação nas Autarquias Locais -, que sucedeu ao Centro de Estudos e Formação Autárquica (CEFA), com sede em Coimbra, fundada por iniciativa da Associação Nacional de Municípios Portugueses, está ao serviço da formação para as Autarquias Locais.

Esta Fundação resulta da ação da ANMP que celebrou, em 28 de julho de 2018, a sua escritura de constituição e a colocou em funcionamento em 1 de janeiro de 2019. De então para cá, a FEFAL tem uma oferta formativa diversificada que pode ser conhecida no seu website em www.fefal.pt.

A FEFAL realiza ações de informação, cursos de formação, atividades de investigação, de assessoria técnica, de cooperação técnica internacional e promove a edição de estudos especializados em temáticas relevantes para o desenvolvimento e inovação nas autarquias.

Além das competências legais e exclusivas no que respeita à formação inicial de Dirigentes, da Polícia Municipal, de Fiscais Municipais e de Bombeiros Sapadores, a Fundação FEFAL possui um conjunto alargado de formação contínua que contribui para a atualização permanente dos trabalhadores da Administração Local.

Desde o uso de sistemas digitais, cibersegurança, assuntos jurídicos e financeiros, planeamento e ordenamento do território, até a implementação de práticas sustentáveis, através da gestão de resíduos sólidos urbanos, água e saneamento, a FEFAL garante que os trabalhadores da Administração Local estejam preparados para enfrentar os desafios contemporâneos, capacitando-os com ferramentas digitais e de inovação e aumentando, por essa via, a capacidade de resposta da administração local, em consonância com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

A Fundação possui, desde janeiro de 2022, um Centro Qualifica AP, o único dirigido especialmente à Administração Local, com a missão de contribuir para o aumento dos níveis de qualificação dos trabalhadores da administração pública local e de ajudar a responder aos desafios que se colocam às autarquias locais e às entidades intermunicipais no processo de descentralização, por via da transferência de competências.

Os Centros Qualifica foram criados ao abrigo da Portaria n.º 232/2016 de 29 de agosto, constituindo uma forte e imprescindível aposta na valorização dos cidadãos, destinando a sua atividade a adultos com idade igual ou superior a 18 anos e, excepcionalmente, a jovens que não se encontrem a frequentar modalidades de educação e formação e não estejam inseridos no mercado de trabalho, auxiliando-os na definição de um projeto de vida.

Resíduos Encontro Nacional

23 de janeiro 2025
CENTRO CULTURAL DE BELÉM (CCB)
LISBOA

ASSOCIAÇÃO NACIONAL
MUNICÍPIOS
PORTUGUESES

RESÍDUOS - ENCONTRO NACIONAL DECORRERÁ A 23 DE JANEIRO DE 2025

A Associação Nacional de Municípios Portugueses promove, no próximo dia 23 de janeiro de 2025, no Centro Cultural de Belém, em Lisboa, um encontro nacional sobre a temática dos resíduos.

Este encontro terá dois painéis. O primeiro dedicado aos desafios emergentes e o segundo destinado a debater as questões do financiamento necessário a este setor.

Entre os oradores destes painéis encontram-se especialistas em resíduos e também personalidades da política ambiental e de coesão territorial.

PROGRAMA:

09H30 ABERTURA

- . Luísa Salgueiro, Presidente da Associação Nacional de Municípios Portugueses
- . Emídio Sousa, Secretário de Estado do Ambiente

10H00 PAINEL 1 "DESAFIOS EMERGENTES"

MODERADORA: Daniela Santiago, jornalista TV

INTERVENÇÕES:

- . Ricardo Leão, Vogal do Conselho Diretivo da ANMP
- . Vera Eiró, Presidente do Conselho de Administração da ERSAR
- . Emídio Pinheiro, Presidente do Conselho de Administração da EGF
- . Fernando Leite, Administrador-Delegado da LIPOR
- . José Portela, Administrador-Delegado da ECOBEIRÃO
- . Nuno Soares, Presidente do Conselho de Administração da TRATOLIXO
- . Vítor Picado, Secretário-Geral da AMCAL
- . Representante da Federação Espanhola de Municípios e Províncias
- . Duarte Cordeiro, ex-Ministro do Ambiente e da Ação Climática

12H00 DEBATE

13H00 Intervalo para almoço (livre)

14H30 PAINEL 2 “FINANCIAMENTO, IMPÕE-SE!”

MODERADORA: Catarina Canelas, jornalista TV

INTERVENÇÕES:

- . José Ribau Esteves, Vice-Presidente do Conselho Diretivo da ANMP
- . José Pimenta Machado, Presidente da Agência Portuguesa para o Ambiente
- . Paulo Praça, Presidente da Direção da ESGRA
- . António M. Cunha, Presidente da Comissão Diretiva do Programa Norte2030
- . Representante da Federação Espanhola de Municípios e Províncias
- . José Eduardo Martins, Especialista em Direito do Ambiente e ex-Secretário de Estado do Ambiente

16H30 DEBATE

17H30 ENCERRAMENTO

- . Luisa Salgueiro, Presidente da Associação Nacional de Municípios Portugueses
- . Manuel Castro Almeida, Ministro Adjunto e da Coesão Territorial

Resíduos Encontro Nacional

23 de janeiro 2025
CENTRO CULTURAL DE BELÉM (CCB)
LISBOA



ASSOCIAÇÃO NACIONAL
**MUNICÍPIOS
PORTUGUESES**





ANMP

NOVA SÉRIE // N.º 9 // 2024

// TELEFONE

239 404 434

// E-MAIL

ANMP@ANMP.PT

// SEDE

AVENIDA MARNOCO E SOUSA, 52 3004-511 COIMBRA

// DELEGAÇÃO

AVENIDA ELIAS GARCIA, 7, 1º, 1000-146 LISBOA